

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO POLÍTICA: UM ESTUDO
HISTÓRICO-ANALÍTICO E INSTITUCIONAL DA
FUNDAÇÃO NATIVO DA NATIVIDADE**

Eduardo Tadeu Pereira
Campinas

1999

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO POLÍTICA: UM ESTUDO
HISTÓRICO-ANALÍTICO E INSTITUCIONAL DA
FUNDAÇÃO NATIVO DA NATIVIDADE**

Eduardo Tadeu Pereira
Orientador: Prof. Dr. César Nunes

COMISSÃO JULGADORA

1999

RESUMO

A presente dissertação trata da análise do projeto e da experiência, na área da Educação Política, da Fundação Nativo da Natividade, Instituto de Formação Política que desenvolveu atividades junto aos movimentos sindical, popular e partidário no Brasil, na década de 80.

A dissertação busca contribuir, através da pesquisa e análise de uma experiência institucional, com o desenvolvimento da Formação Política, como prática intencional e sistemática de elevação do nível de consciência dos participantes dos movimentos sociais, do “senso comum” à “filosofia”, na concepção gramsciana.

Para isso procedemos a uma análise das principais experiências de Educação Política desenvolvidas pelos trabalhadores no Brasil, em nossa avaliação: a dos anarquistas, no início do século; a do PCB (Partido Comunista do Brasil), na década de 50; e a da Educação Popular, nas décadas de 60 e 70.

Buscaremos, finalmente, verificar as contribuições do projeto, das experiências e do “legado” da Fundação Nativo da Natividade para a nova conjuntura que os trabalhadores enfrentam neste final de século, frente à Globalização, à Terceira Revolução Industrial, às novas formas de organização do trabalho e ao Neoliberalismo.

ABSTRACT

The present dissertation takes in consideration the analysis of the project and the experience, in the area of Political Education, of the Nativo da Natividade Foudation, an Institute of Political Formation, wich developed its activities together with the syndical, popular and partidary movements in Brazil during the eighties.

Through the research and analysis of an institutional experience, this dissertation searches to contribute to the development of the Political Formation as an intentional and systematic practice of raising the conscience level of the participants of social movements, from “common sense” to “philosophy”, according to Gramsci’s conception.

In order to acchieve this, we went through an analysis of what, in our consideration, are the main experiences in Political Education developed by Brazilian workers: the anarchists’ experience at the beginning of this century; the PCB’s (Communist Party of Brazil) during the fifties; and the experience of the Popular Education, in the decades of 60 and 70.

We, finnaly, examined the contributions of the project, the experience and the “legacy” of the Nativo da Natividade Foundation to the new conjuncture that the workers are facing in the end of the century, concerning the Globalization, the Third Industrial Revolution, the new models of work organization and the Neoliberalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	02
CAPÍTULO I – CONTEXTO HISTÓRICO E PROCESSOS INSTITUCIONAIS DO MOVIMENTO SOCIAL E DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA PÓS-30: NECESSIDADES ECONÔMICAS, DINÂMICA SOCIAL E MARCOS JURÍDICO-POLÍTICOS DESTA TRAJETÓRIA.....	13
CAPÍTULO II - A FUNDAÇÃO NATIVO DA NATIVIDADE: ORIGEM, MATRIZES POLÍTICAS E INSTITUCIONAIS E AS CONTRADIÇÕES DA FORMAÇÃO POLÍTICA E EDUCACIONAL DAS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS E PARTIDÁRIAS NA EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL NO BRASIL DOS ANOS 80 E 90.....	40
CAPÍTULO III – A FUNDAÇÃO NATIVO DA NATIVIDADE E A FORMAÇÃO POLÍTICA NOS MOVIMENTOS SOCIAIS E PARTIDÁRIO NOS ANOS 90: CONFLITOS, CONTRADIÇÕES E PERSPECTIVAS DE UMA INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA	88
CONCLUSÃO	111
BIBLIOGRAFIA.....	116
ANEXOS.....	127

INTRODUÇÃO

No debate atual sobre a educação, suas potencialidades e seus limites, a *educação política* tem um importante aporte, na medida em que se debruça sobre uma experiência específica de educação, aquela voltada para os militantes dos movimentos sociais e partidário, e que também traz em seu bojo questões como currículo, metodologia, avaliação, enfim sobre a pedagogia e sua prática.

É certo que tal premissa assume o conceito de Educação em seu sentido lato, como a *produção social do homem* (PONCE: 1984), ou como “o processo educativo pelo qual a humanidade elabora a si mesma, em todos os seus vários aspectos” (MANACORDA: 1997), inerente à própria condição humana de ser social, caracterizado pela sua qualidade de produtor de cultura e de trabalho. A Educação, neste sentido, configura-se como o próprio processo de *endoculturação*, de inserção criativa e produtiva no agrupamento social e cultural humano. Nesta direção, a educação não se confunde com o histórico processo de *escolarização*, de institucionalização formal da ação educativa, ampliando-se para todas as formas de transmissão e enquadramento social.

A *Formação Política*, como forma específica de educação, tem história, filosofias e projetos pedagógicos que devem ser compreendidos, dentro de sua especificidade, na História e na Filosofia. Desde a Antigüidade Clássica, nas origens da Filosofia, há uma certa correlação entre a consideração da dimensão política da ação humana e a ação educativa. O próprio ideal da *Paidéia* grega

busca explicitar os nexos entre a ação de educar e a preparação cívica para viverem os homens de acordo com as regras racionais e políticas da *pólis*. Educação, Sociedade e Política estão, pois, intimamente vinculadas entre si.

O presente trabalho quer investigar as formas e modelos de educação política vigentes na trajetória institucional do movimento popular, sindical e partidário brasileiro durante as décadas de 80 e 90, a partir da identidade de uma determinada Fundação¹, denominada Nativo da Natividade². Partimos da premissa de que ali, no bojo da redemocratização política brasileira, nasciam diferentes propostas de formação política que traziam divergentes concepções de educação e ação educativa. A mesma tensão e diversidade que existe na organização e estruturação formal da educação apresenta-se no espectro da educação como processo social. Há ali também diversas escolas, com propostas e metodologia diferentes, que por sua vez derivam de diferentes concepções de mundo, de homem e, principalmente, do processo ensino-aprendizagem; é a partir destas concepções que o debate sobre o processo de aquisição ou construção do conhecimento se dá.

Os sujeitos do processo educacional da Formação Política são, fundamentalmente, os participantes dos movimentos populares, sindical e

¹ O nome registrado em cartório da FNN (Fundação Nativo da Natividade) era Instituto de Formação Nativo da Natividade. Apesar da idéia de seus criadores em registrá-la como Fundação, a legislação restringe a utilização de tal denominação. No entanto o nome Fundação Nativo da Natividade continuou sendo usado e assim o Instituto ficou conhecido, por esta razão utilizaremos sempre nesta pesquisa o nome Fundação Nativo da Natividade.

² Nativo da Natividade Oliveira foi líder da Oposição Sindical do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carmo do Rio Verde, Goiás, desde 1978. Em 1991 foi um dos fundadores do PT no município. Tornou-se presidente do STR de Carmo do Rio Verde e membro das Direções Estadual e Nacional da CUT. Depois de liderar algumas lutas dos trabalhadores rurais em sua região, Nativo foi morto, em 23 de outubro de 1985, em frente ao sindicato. O julgamento dos mandantes de tal crime ainda não se encerrou.

partidário. Como tais têm uma especificidade em termos de “*senso comum*”, na concepção gramsciana, ou seja, também neste setor social há um “*senso comum*” e um “*bom senso*” que também carrega em si as contradições da ideologia burguesa hegemônica e das práticas sociais de novo tipo, engendradas na luta social do dia a dia. O que diferencia estes setores das massas, é que suas preocupações não estão voltadas apenas para a sobrevivência imediata, mas para a vida do país e do mundo como um todo. Eles têm pretensões de mudar não apenas sua vida, mas a do conjunto de sua classe e a estrutura da sociedade. Para isso, é preciso aprofundar-se no estudo do funcionamento do sistema sob o qual vivem e elaborar propostas de alteração deste sistema, enfim o processo que leva o indivíduo a questionar o sistema, buscar compreender seu funcionamento para, assim, construir instrumentos adequados à sua transformação.

A formação política se pergunta qual a melhor maneira de, sistemática e intencionalmente, portanto pedagogicamente, contribuir para que este processo de avanço na consciência de si e do mundo se desenvolva.

O objetivo deste trabalho é contribuir, através da pesquisa e análise de uma experiência institucional, com o desenvolvimento da formação política como uma prática intencional e sistemática de elevação do nível de consciência, ou seja, da compreensão do mundo, das pessoas que participam dos movimentos populares, sindical, partidário, pastorais.

O estudo da Formação Política não supera e nem substitui as pesquisas sobre as questões pedagógicas na escola formal, que pode ser “*a forma mais*

desenvolvida, mais avançada” como *“instituição que propicia de forma sistemática o acesso à cultura letrada reclamada pelos membros da sociedade moderna”* (SAVIANI, 1997: p. 3). No entanto o estudo sobre a educação política, ao debruçar-se sobre uma área da educação não escolar, também tem importância central, na medida em que a *“produção-formação de seres humanos”* (ARROYO, 1998: p. 4) dá-se além da escola formal. É nessa perspectiva que se insere o presente trabalho, ou seja, a de estudar a educação não escolar, empreendida por partidos e outras organizações dos trabalhadores.

A Formação Política deve ser considerada como uma área da pedagogia que trabalha com a educação partidária, portanto, com pressupostos, público e objetivos partidários, neste sentido representa os anseios de um setor social vinculado a um projeto político específico. A esquerda, considerando as contradições teóricas que hoje este termo apresenta, mas delimitando-a como formada por aqueles *“que acreditam... na justiça social e norteiam suas crenças, sua palavra e sua ação nesse sentido”* (SADER, 1997), luta, portanto, para implementar um projeto que hoje não é hegemônico³, de alteração do sistema vigente, cuja consecução, passa pela conquista do poder na sociedade como um todo.

A experiência da Fundação Nativo da Natividade, sobre a qual nos debruçaremos, é, portanto, de *formação partidária*, no sentido mais amplo de uma

³ Trabalhamos aqui com o conceito gramsciano de *hegemonia*, segundo o qual a classe dominante exerce seu poder pela hegemonia ideológica, ou seja, pelo convencimento, pelo consenso em torno de idéias, valores, comportamentos que sustentam e mantêm o sistema vigente, e do controle do aparelho repressivo do estado (GRAMSCI: 1987).

educação que parte de pressupostos partidários para desenvolver seu projeto educacional.

Além disto é uma experiência na rica década de 80. Talvez a década de maiores avanços nas conquistas democráticas e organizativas dos trabalhadores neste século no Brasil, apesar de ser vista, principalmente do ponto de vista econômico, como uma “década perdida”.

É interessante, neste sentido remeter-se ao artigo do prof. DERMEVAL SAVIANI, “*Os ganhos da década perdida*” (SAVIANI: 1995), no qual ele procede a um levantamento e avaliações sobre as conquistas no campo da educação, seja do ponto de vista da organização dos trabalhadores em educação, seja com o acúmulo teórico sobre a mesma. Foi nesta período que a ANDES (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior) e a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) ganharam caráter sindical, que os professores dos diversos níveis de ensino realizaram importantes movimentos grevistas, que começaram a acontecer as Conferências Brasileiras de Educação, entre outros avanços. Esta análise pode ser estendida a outros ramos, principalmente no campo sindical, onde, apesar dos problemas econômicos enfrentados pelo país e, principalmente, pelos trabalhadores, muitas categorias, como metalúrgicos, bancários, trabalhadores rurais, entre outros, tiveram, na década de 80, grandes avanços em termos organizativos e de consciência.

A organização e politização da sociedade brasileira em geral também apresenta avanços nesta década de 80, tanto que a Constituição promulgada em 1988, após as sessões do congresso constituinte, ficou conhecido como

“constituição cidadã”, por suas conquistas em termos de democracia, participação e garantia dos direitos, apesar de muitos de seus dispositivos ainda sequer terem sido regulamentados e outros estarem sendo suprimidos da constituição.

A Fundação Nativo da Natividade se propõe, em sua motivação institucional primordial, a superar⁴ as experiências históricas de formação política mais importantes da esquerda no país, a do PCB (Partido Comunista do Brasil) e a da Educação Popular. A proposta de formação política do PCB, dominante na esquerda brasileira na década de 50, apresentava um caráter tradicional, no sentido de formação livresca, centrada na figura do professor como transmissor de conhecimento, dirigida, disciplinadora e teórica. A proposta da Educação Popular, criação “*de intelectuais que se declaravam a seu serviço (das classes populares), comprometidos com suas causas, solidários com seus destinos e, principalmente, com a construção da autonomia dos longos segmentos da população representados como subordinados, dominados, etc.*” (LOVISOLO, 1990: p.18), dominante na esquerda nas décadas de 70 e 80, principalmente na CUT (Central Única dos Trabalhadores) e no PT (Partido dos Trabalhadores) nos anos 80, apresentava, por outro lado, um caráter escolanovista, voluntarista, centrada no aluno, valorizando as formas e metodologias. Portanto a Fundação Nativo da Natividade pretendia ser a superação das mais significativas experiências de educação como formação política desenvolvidas pelas organizações de trabalhadores no Brasil.

⁴ Superar está sendo utilizado no sentido dialético do termo, ou seja, como síntese que se apropria de elementos de ambos os projetos que se propõe a superar, ao mesmo tempo que os nega em seu conjunto, gerando nova proposta que conterà, em si, novas contradições, porém superando as anteriores.

A perspectiva de superação dessas experiências pressupõe que cada uma delas contém elementos a serem preservados. Assim, a Fundação Nativo da Natividade buscará superar estas experiências incorporando em seu projeto tanto a valorização da teoria, do conhecimento acumulado, como instrumento de compreensão da realidade e que deve ser aprendido pelos educandos, presente na proposta do PCB, quanto a importância dada pela Educação Popular à construção da autonomia popular, à participação dos educandos como elemento constitutivo do processo pedagógico e à metodologia, criando, portanto um projeto diferenciado dos citados, negando-os ao mesmo tempo que os incorpora.

A necessidade deste estudo fica evidente quando verificamos a importância das mudanças ocorridas no país na década de 80, a contribuição da CUT⁵, central sindical que aglutinou os setores que lutaram contra a ditadura militar, por democracia e melhores condições de vida para os trabalhadores e do PT, que transformou-se no principal partido de esquerda do país, com grande influência no movimento social e cuja expressão levou-o a disputar a presidência da República em 1989, 1994 e 1998, juntamente com um leque de outras forças de esquerda do país. A CUT e o PT, enquanto instituições, geraram suas propostas de formação política e sindical e a Fundação Nativo da Natividade dedicava-se ao mesmo público e ao debate em torno destes projetos.

⁵ O crescimento da CUT se consolida em 1990 com a entrada na Central da Corrente Sindical Classista e da Unidade Sindical, forças formadas por militantes do PCdoB e PCB (depois PPS), respectivamente, que atuavam, anteriormente na CGT.

A própria existência da Fundação Nativo da Natividade levou a mudanças e reformulações na concepção e prática de formação política do Partido dos Trabalhadores. Ainda que os questionamentos não fossem apresentados apenas pelos setores participantes do projeto da FNN, neste trabalho procuraremos verificar esta contribuição.

É preciso verificar, e esta é a pretensão da presente pesquisa, o projeto, as contribuições e, finalmente, a crise da Fundação Nativo da Natividade, enquanto uma experiência específica, seus reflexos e aportes ao acúmulo da formação política dos trabalhadores e suas organizações no Brasil.

O presente estudo pretende relacionar os diferentes projetos de formação política dos trabalhadores, através da reconstrução histórica das lutas e projetos de formação política das organizações de trabalhadores no Brasil, buscando a contribuição específica da Fundação Nativo da Natividade. Para desenvolver este estudo buscamos diferentes fontes de análise, desde textos históricos e filosóficos, até os documentos primários e reflexões das organizações envolvidas. Alguns aspectos do trabalho serão encontrados em documentos da CUT e do PT; e outros na documentação encontrada nos arquivos da própria Fundação Nativo da Natividade e na experiência que vivenciamos na ação educativa e na coordenação da própria FNN, na dinâmica do debate teórico vigente à época, ou ainda na prática da formação política. É preciso ressaltar aqui as dificuldades de localização e manuseio da documentação primária da Fundação Nativo da Natividade, cujos arquivos encontram-se mal conservados e desorganizados. De sorte que a presente pesquisa pretende ser também uma forma de garantir uma

sistematização desta experiência, o resgate da produção deste instituto de formação política e de sua documentação, possibilitando assim o acesso a uma rica contribuição à trajetória da formação política dos trabalhadores no Brasil que, de outra forma, poderia perder-se.

O capítulo I pretende recuperar historicamente diferentes experiências de educação e de formação política empreendidos pelas organizações de trabalhadores no Brasil, particularmente as experiências anarquistas do início do século, que coincidem com o início da industrialização e da urbanização do país, passando pela experiência do PCB (Partido Comunista do Brasil), na década de 50, quando houve maior sistematização de sua experiência de formação política e sua maior influência na classe trabalhadora bem como nos rumos nacionais, e, finalmente, a experiência da Educação Popular a partir dos anos 60, juntamente com a cultura por ela criada.

Buscaremos relacionar as propostas de formação política às propostas políticas e organizativas dos movimentos que as empreendiam, assim como à situação conjuntural e ao estágio de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, além das próprias relações dos movimentos entre si. Acreditamos que as experiências em geral, e as de formação política em particular, só se tornam compreensíveis dentro do contexto em que foram engendradas e se analisadas na relação com este contexto.

No segundo capítulo abordaremos a experiência específica da Fundação Nativo da Natividade no contexto da década de 80, com a redemocratização, o ascenso das lutas e da organização dos trabalhadores no país, o aparecimento e

crescimento da CUT e do PT, bem como a dinâmica interna destas duas instituições. O projeto político e pedagógico da Fundação deve ser compreendido nesta conjuntura e dentro da dinâmica interna da CUT e do PT.

Procuraremos verificar também, no segundo capítulo, a criação e a experiência da Fundação, seu projeto originário, os significados deste projeto para o período, sua ação e, finalmente, a crise que leva a seu fim, também relacionando-o ao momento da década de 90 e as mudanças que esta traz aos trabalhadores em geral e ao PT e à CUT, especificamente.

No terceiro capítulo, realizaremos um balanço da formação política nos movimentos sociais e partidário nos anos 90, buscando recuperar as contribuições do projeto político-pedagógico e da experiência da Fundação Nativo da Natividade, ou seja, seu legado, para verificar que proposituras deste intituito poderiam, contribuíram ou poderiam contribuir com a formação política dos trabalhadores no Brasil neste dinal de década.

O objetivo fundamental da presente pesquisa é contribuir na elaboração da esquerda em geral, dos movimentos sociais e partidários, sobre a formação política e sua pedagogia, através do estudo de uma experiência idiossincrática e da verificação de suas contribuições para o acúmulo das organizações de trabalhadores no Brasil que pretendem contribuir na ampliação e avanço da consciência dos trabalhadores em geral e de seus militantes⁶. como agentes

⁶ Gilmar Henrique da CONCEIÇÃO em sua tese de doutoramento, datada de 1999, a partir de textos de Ernest Mandel, define assim o militante político desejado pelas organizações de esquerda: “um quadro revolucionário deve almejar ser capaz de organizar uma greve, de publicar uma revista teórica, de formar um sindicato, de ser eleito para o parlamento, de pegar em armas, de debater uma questão filosófica, de articular uma comissão de mulheres contra a carestia e ajudar a planejar a futura sociedade socialista” (CONCEIÇÃO, 1999: p. 39)

políticos de organização das massas, tendo em vista a transformação da sociedade

Esperamos ter socializado nossas questões e caminhado na direção de compreender, com a distância teórica e a determinação política necessária, para a ampliação dos debates sobre concepções de educação e ação política em nosso país.

Capítulo I

CONTEXTO HISTÓRICO E PROCESSOS INSTITUCIONAIS DO MOVIMENTO SOCIAL E DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA PÓS 30: NECESSIDADES ECONÔMICAS, DINÂMICA SOCIAL E MARCOS JURÍDICO-POLÍTICOS DESTA TRAJETÓRIA.

O presente capítulo pretende situar o contexto em que surge a Fundação Nativo da Natividade, em 1988, a partir de uma retomada da história da organização dos trabalhadores no Brasil e suas propostas de formação política. Não pretende, assim, aprofundar-se no estudo sobre a história dos trabalhadores no Brasil e suas organizações, que desta forma deveria retroceder até as organizações de escravos e libertos, já desde o início da colonização. Procuraremos apenas encontrar o “fio da meada” do processo de organização dos trabalhadores urbanos e suas experiências de formação política buscando compreender o quadro da década de 80 em que surge a FNN (Fundação Nativo da Natividade).

Seguramente houve no Brasil formas de resistência e organização dos trabalhadores, desde a colonização. Talvez as mais marcantes sejam configuradas pelas constantes revoltas populares, destacando-se, no período colonial (1500 – 1822), a organização dos Quilombos até os estertores da escravatura na decadente estrutura do anacrônico Império (1822 – 1889). Não se pode deixar de reconhecer as tensões e movimentos de contestação social também na vigência da República Velha (1889 – 1930), como o verificado em Canudos. Porém a generalização de organizações e projetos políticos ligados às

classes populares vai ocorrer apenas com a industrialização e conseqüente urbanização do país.

A industrialização no Brasil se inicia, com grande atraso, em meados do século XIX. Décadas, portanto, após o fim, em 1808, do decreto de D. Maria I, de Portugal, de 1785, que proibia a existência de indústrias de qualquer tipo em território brasileiro. Além das proibições legais, pesava sobre a Colônia o não-industrialismo português e a subordinação, tanto da Metrópole quanto da Colônia, aos interesses ingleses, cujas indústrias abasteciam os mercados português e brasileiro e a quem não interessava qualquer avanço na colônia lusa. D. João VI, fiel aos comandos ingleses, abole a proibição às manufaturas, mas “abre os portos às nações amigas”, enchendo de produtos ingleses as prateleiras do comércio brasileiro, sufocando assim eventuais iniciativas industriais no país (PRADO JR, 1972: p. 257).

Apenas após a Primeira Grande Guerra, a indústria nacional vai atingir algum grau de importância. Basta lembrar que entre os anos 1915 a 1919 foram fundados 5.936 dos 13.336 estabelecimentos industriais existentes no Brasil em 1920, contra os 3.258 existentes em 1907 (PRADO JR, 1972: p. 260,261).

A indústria traz a urbanização e alterações na estrutura social, com o aparecimento não só da burguesia industrial e do proletariado urbano, a ela diretamente vinculados, como também de uma série de outros setores sociais urbanos, cuja ação social e política passa a ter, ao longo do século XX, mais e mais importância.

O conhecido modelo de desenvolvimento industrial baseado na substituição das importações, que informa a primeira fase da industrialização do Brasil, provoca acelerada urbanização da população. Basta verificar que se em 1900, apenas 10% da população vivia nas cidades (LOURENÇO FILHO, *in* ROMANELLI: 1986), em 1940, em pleno Estado Novo, com os ventos do fascismo batendo à porta, e depois do aparecimento das primeiras indústrias a mais de duas décadas, viviam nas cidades cerca de 26% da população, já em 1960, tínhamos 45% das pessoas vivendo nas cidades. (SANTOS, *in* BENJAMIN: 1998)

A urbanização traz, como já dissemos, novos sujeitos históricos à cena. Os trabalhadores urbanos iniciam o século organizando formas de minimizar o alto grau de exploração a que são submetidos, com jornadas de trabalho de até 16 horas diárias e sem qualquer tipo de garantia. As primeiras formas de organização são as Associações de Ajuda Mútua, nome genérico para a diversidade de denominações que tomavam, como Associações de Socorro Mútuo, de Solidariedade, ou correlatas. Estas associações têm, em geral, o objetivo de amenizar, através das contribuições dos próprios trabalhadores, os problemas por estes vividos, tais como a perda do emprego, doenças e morte. Posteriormente começam a surgir os sindicatos, organizações de caráter reivindicativo, que buscam minimizar os problemas dos trabalhadores não mais através de suas próprias contribuições, mas da sua organização para conquistar dos patrões melhores condições de trabalho e de vida. Os sindicatos, além do caráter reivindicativo, são vistos pela militância, principalmente pelos anarquistas que os fundam, como organismos políticos da classe trabalhadora.

Em 1906, quando o número de operários no país aproximava-se de 150.000 (CARONE, Edgard, *in Nosso Século*, 1980)⁷, realizou-se, no Rio de Janeiro, o *Primeiro Congresso Operário Brasileiro* e neste congresso foi fundada a COB, Confederação Operária Brasileira, com ampla maioria de anarquistas e forte presença de imigrantes.

Desde o início da organização dos trabalhadores no Brasil há grande preocupação com a formação/educação dos militantes e da classe trabalhadora. Já na década de 10 são fundadas Escolas Modernas (Escolas Libertárias)⁸, de inspiração anarquista, cujas preocupações com a educação tinham relação direta com o projeto da construção de uma sociedade sem Estado e auto-gestionária, onde a formação e a educação cumpririam um papel central. Portanto a formação/educação está, para os anarquistas, profundamente vinculadas ao projeto político revolucionário. Só a educação poderia produzir as bases para a “sociedade futura”. Adelino de Pinho, professor de escolas anarquistas no começo do século resume: “*a educação e a instrução – eis as armas mais potentes – para a completa transformação da sociedade*” (PINHO, *in* JOMINI, 1990: p. 91). a educação anarquista visava assim “*a formação do homem do futuro, solidário, livre, interessado nos problemas sociais, interessado na propagação dos ideais anarquistas*” (JOMINI, 1990: p. 95).

⁷ Caio Prado também trabalha com este número do censo de 1907 (PRADO JR, 1972: p. 260).

⁸ As escolas modernas são citadas por diferentes fontes e há, certamente dificuldades em se obter dados precisos sobre elas, Guiraldelli cita as escolas Germinal, em São Paulo, o Grêmio Eliseu Réclus, em Porto Alegre, a 1º de maio no Rio de Janeiro e a Escola Social da Liga Operária de Campinas, entre outras (GHIRALDELLI: 1987).

Destaca-se ainda, para o anarquismo, o papel pedagógico da imprensa operária. Havia no país um grande número de publicações libertárias que além de informações, reproduziam, em geral, artigos e textos de teóricos do movimento operário, tanto de anarquistas, como KROPOTKIN e FERRER, como de MARX e outros teóricos da tradição marxista. O combate sem tréguas que faziam e sua desconfiança em relação ao Estado e à Igreja levava os anarquistas a construir suas próprias escolas libertárias. Com o fechamento destas pelo poder repressivo, a ação educacional dos anarquistas passa a ser feita através dos *Centros de Estudos Sociais*. As Escolas Libertárias e os Centros de Estudos Sociais tinham sua ação educativa fundamentada no acúmulo teórico produzido por intelectuais ligados ao movimento anarquista internacional, como o espanhol FRANCISCO FERRER, cujo fuzilamento, em 1909, provocou manifestações em frente ao consulado espanhol no Rio de Janeiro e protestos em diversas outras cidades (GUIRALDELLI: 1987).

As décadas de 10 e 20 vêm crescer as indústrias, as cidades e o papel dos novos atores sociais, particularmente os trabalhadores urbanos. Em 1917 uma grande greve conquista o direito às 8 horas de trabalho e em 1922, aproximadamente 5 anos após a Revolução Russa, nasce o Partido Comunista do Brasil (PCB) e abre-se a disputa pela direção das organizações operárias entre estes e os anarquistas. A década de 20 assiste ainda à Semana de Arte Moderna em fevereiro de 1922, ao tenentismo em 1924 e à Coluna Prestes, que percorre o país de 1924 a 1927 e o Bloco Operário e Camponês (BOC), criado em 1928, a partir do PCB.

Com a chegada de VARGAS ao poder em 1930, o industrialismo e as questões sociais dele decorrentes passam a ser pauta da política do Estado Brasileiro. Fruto da crise de representação política, da crise econômica mundial, e do rearranjo entre os latifundiários e a burguesia industrial (apesar da tentativa da oligarquia paulista, em 1932, em retomar maior espaço no poder central), o novo poder implementa o desenvolvimentismo, criando, a partir do Estado, estruturas para a industrialização e desenvolvendo uma revisão na política e na legislação buscando modernizar as relações trabalhistas. São da “Era Vargas” a criação da Companhia Siderúrgica Nacional e a Consolidação das Leis do Trabalho, para ficar em poucos, mas significativos exemplos.

VARGAS, valendo-se da crise de representação instalada no pós-30, inaugura no Brasil o populismo, com a cooptação de lideranças dos para o projeto desenvolvimentista, através de um comportamento governamental que, apesar de fazer a defesa dos interesses da burguesia industrial e pactuar com o latifúndio, mantendo seus espaços de poder local e garantias em nível nacional, também acena para os setores médios urbanos e para o proletariado nascente com melhorias advindas do desenvolvimento e garantias imediatas, como as leis trabalhistas e a ocupação real de espaço social e político. É desse período a institucionalização dos sindicatos, incorporados à própria estrutura do Ministério

do Trabalho⁹, o que garantia ao mesmo tempo sua existência, mas também seu controle. (BAUER: 1995)

Ao final do segundo governo Vargas (1951-1954) o desenvolvimentismo está consolidado como projeto político. Vemos no país, a partir daí, o aparecimento das grandes montadoras de veículos, motor da chamada Segunda Revolução Industrial. Grandes plantas são construídas para dar sustentação às montadoras, particularmente no ramo de auto peças, de máquinas e de produtos intermediários (vidro, plástico e metais, entre outros). Diferentemente da fase anterior, este novo desenvolvimento industrial será fruto de vultosos investimentos estrangeiros no país. No cenário social o país vive o crescimento do sindicalismo oficial, de cuja estrutura se beneficiam tanto os sindicalistas do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) como os do PCB (Partido Comunista do Brasil).

Neste período, que vai até 1964, o PCB (Partido Comunista do Brasil) torna-se a principal referência para os trabalhadores organizados. Já em 1930 lança o operário marmorista e indente (vereador) no Rio de Janeiro, MINERVINO DE OLIVEIRA, para a Presidência da República; em 1945 apresenta a candidatura presidencial de YEDO FIÚZA (que obteve cerca de 10% dos votos) e elege uma importante bancada que inclui o ex-capitão e líder guerrilheiro LUIZ CARLOS PRESTES como Senador. Mesmo após o fim da legalidade do partido em 1947, o PCB (Partido Comunista do Brasil) cresce, participando de muitos

⁹ A legislação estabelecia, ao mesmo tempo a obrigatoriedade, por assim dizer, do sindicato e sua aceitação por parte do patronato, fornecendo inclusive sua forma de manutenção através do imposto sindical (1 dia de trabalho por ano por trabalhador, cobrado nos meses de março), por outro apresentava, para a existência legal do sindicato uma série de exigências de como organizar-se e como gastar o dinheiro, garantindo, em última instância o direito ao Ministério do Trabalho de intervir no sindicato, caso estas exigências não fossem cumpridas (BAUER: 1995)

sindicatos oficiais e conquistando um grau elevado de influência não só no movimento operário, como também na política nacional. Era tal o grau de influência do PCB (Partido Comunista do Brasil) que gerou a famosa frase atribuída a PRESTES de que a *classe operária estaria no poder, restando-lhe apenas conquistar o governo*.

Neste período os trabalhadores organizaram diversas tentativas de unificação sindical, tais como a CGTB (Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil), a CSUB (Confederação Sindical Unitária Brasileira, o PUA (Pacto de Unidade e Ação) e o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) (GIANOTTI e NETO: 1991). Estas experiências sindicais geraram importantes movimentos, como as greves de 53 e 57, em São Paulo, da qual participaram cerca de 300.000 trabalhadores (havia à época cerca de 10 milhões de habitantes no Estado de São Paulo). O chamado “dispositivo sindical” era importante elemento na política do PCB, que usava-o, durante o governo Jango, em comum acordo com o próprio governo. Aparentemente havia uma enorme capacidade de mobilização por parte dos comunistas e do governo, que culminou no comício de 13 de março de 1964, na Central do Brasil, Rio de Janeiro, pelas “reformas de base”.

O Partido Comunista do Brasil (PCB) não teve, durante todo este período, grandes formulações no campo da educação ou da formação. Nos debruçaremos sobre a prática da Escola de Formação de Quadros do Partido na década de 50, período em que esta funcionou, segundo SÉRGIO RÜCKERT (RÜCKERT: 1987).

Para uma verificação da metodologia da formação no Partido Comunista do Brasil (PCB), majoritário no movimento dos trabalhadores nas décadas de 40 e 50 e início da década de 60, utilizaremos a dissertação de SÉRGIO RÜCKERT sobre a escola de quadros do partido, por ser um estudo abrangente e que apresenta bastante lucidez nas conclusões.

Segundo este autor *“...na criação das escolas de quadros os cursos básicos dirigidos à massa de militantes tinham se preocupado fundamentalmente em criar condições de assimilação do programa do partido”* (RÜCKERT, 1987: p. 26), o que estava bastante de acordo com a própria estrutura de organização do partido, a partir da necessidade de assimilação de uma verdade que não tem qualquer relação com o conhecimento empírico das pessoas, ao contrário, tal conhecimento é visto, na formação do PCB (Partido Comunista do Brasil) como nefasto (RÜCKERT, 1987: p. 47) e o verdadeiro, o “científico” são as orientações do “camarada Prestes”, cuja capacidade de leitura da realidade através do marxismo-leninismo (expressão, aliás cunhada à época de STALIN) estava acima de qualquer suspeita, verdade esta, portanto, fruto do conhecimento da teoria e não da compreensão sobre o dia-a-dia, que estaria ao alcance dos militantes em geral.

“Ler a teoria significa, assim, ler a própria realidade, aquela antecipando no aqui e agora a sua própria finalidade que é a de construir, enquanto instrumento privilegiado, uma sociedade sem tensões. Assim, ela já se constituiria na síntese entre as determinações reais e as ideais, e o movimento do real – da história – é puro desenrolar do movimento teórico já pensado.”(RÜCKERT, 1987: p. 44).

A formação seria assim, para o PCB (Partido Comunista do Brasil), na década de 50, a assimilação, pelos alunos, do conhecimento da linha política e das diretrizes do partido, delineadas a partir da compreensão da realidade, através da teoria científica do marxismo-leninismo, acessível apenas aos iluminados que teriam deixado de lado as influências nefastas pequeno burguesas e estariam, assim, aptos a ler a realidade a partir da ciência, como os camaradas STALIN e PRESTES. Bons alunos são os que aprendem a seguir, o mais cegamente possível, a linha política do partido, cumprir suas resoluções (aliás resoluções do Comitê Central). Ao professor, cujos roteiros de aula, aparentemente, a julgar pelas análises e citações de RÜCKERT, vinham prontas do Comitê Central, cabe explicar, esclarecer, demonstrar o porque das questões. Todo o processo de formação deve ser controlado pela direção partidária, para garantir que a “linha justa” esteja sendo implementada, afinal *“Somente a sabedoria coletiva do Comitê Central, tendo a frente o camarada Prestes, permite dar aos militantes uma educação de elevado teor ideológico”* (M. ALVES, citado por RÜCKERT, 1987: p. 58).

Assim a proposta educacional do PCB (Partido Comunista do Brasil), na década de 50, tem por base um projeto tradicional de educação, em que cabe ao professor ensinar, transmitir ao aluno o conhecimento pronto, fruto da aplicação da teoria, acessível aos estudiosos do presente, a partir do acúmulo realizado por estudiosos no passado. A escola é assim, local de transmissão de conhecimento dos que sabem aos que não sabem.

O golpe militar de 31 de março de 1964 (ou de primeiro de abril como ressalva LEONEL BRIZOLA) e o fechamento, fruto do aprofundamento da ditadura militar, em 1968, debilitaram sensivelmente o que havia de organizações e mobilização dos trabalhadores. O movimento sindical pré 64, aparentemente vigoroso, foi incapaz de esboçar maior reação ao golpe, assim como diversos outros setores sociais com referência nos comunistas (então já divididos em Partido Comunista do Brasil - PCdoB e Partido Comunista Brasileiro - PCB)¹⁰. A posição, aliás, do PCB (Partido Comunista Brasileiro) em relação ao golpe foi, ao que tudo indica, de perplexidade e de imobilismo. Setores da oposição ao regime, ao avaliar posteriormente esta incapacidade de reação, apesar da capacidade de mobilização que apresentava o movimento sindical e popular pré 64, vai buscar explicações na forma de organização destes movimentos, quer seja pela tutela estatal, quer seja pelo tipo de política implementada pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro), hegemônico então nestes movimentos.

O Golpe demonstra a fragilidade do “*dispositivo sindical*”, segundo o qual, “*com um simples estalar de dedos o Brasil pararia*” (GIANNOTTI e NETO, 1991-2 p 13). Comentando tal fato nos dizem VITO GIANNOTTI e SEBASTIÃO NETO:

“Mas as ilusões saíram caro. Quando o golpe veio, a reação foi quase nula. As greves, que se imaginavam capazes de frear o golpe não aconteceram ou se reduziram a rápidas tentativas. A desilusão foi grande e, com ela, houve a necessidade de uma profunda reflexão auto crítica

¹⁰ Em 1962, há uma divisão no PCB, formando-se a partir desta data dois partidos, um deles mantém o nome originário (Partido Comunista do Brasil), trocando a sigla para PCdoB e o outro mantém a sigla (PCB), trocando o nome para Partido Comunista Brasileiro, o que gera uma disputa entre ambos, que perdura até hoje, sobre qual seria o partido fundado em 1922.

sobre toda a prática sindical anterior” (GIANNOTTI e NETO, 1991-2: p. 13)

Em que pese a heróica resistência da década de 60 e início da década de 70, particularmente dos muitos grupos guerrilheiros e as greves de Osasco e Contagem em 1968, este tipo de resistência é vencida, cronologicamente falando, com a destruição da guerrilha promovida pelo PCdoB (Partido Comunista do Brasil) no Araguaia, em 1975. A partir daí aparece outro tipo de resistência, de caráter diferenciado, com apelos e mobilização de massa e participação decisiva de setores da Igreja Católica, como as lutas pela Anistia e Contra a Carestia.

A década de 70 encontra um país industrializado, com altas taxas de crescimento, cerca de 60% da população vivendo nas cidades e o capitalismo assalariando e expulsando camponeses. Apesar disso não havia, na sociedade, espaços de organização dos trabalhadores ou dos socialistas. Os militares haviam promovido expurgos nos sindicatos, nas universidades, fechado os partidos, enfim amarrado e congelado a “sociedade civil”¹¹. Espaços de resistência passaram a ser os movimentos internos e externos da Igreja, ou seja, a organização das Comunidades de Base e Pastorais Sociais e os atos como o culto ecumênico por ocasião da morte de VLADIMIR HERZOG¹².

¹¹ “Sociedade Civil” é utilizado aqui como propõe GRAMSCI, ou seja, como espaço próprio do exercício da hegemonia, do consenso, do convencimento, em contraposição à ‘sociedade política’ ou Estado, cuja função é a coerção. (GRAMSCI: 1995; GRAMSCI:1987).

¹² A Celebração ecumênica realizada na Catedral da Sé por ocasião da morte de Vladimir Herzog (o Vlado) foi um marco tanto para as relações da Arquidiocese de São Paulo com o Estado, como para indicar o nível de desgaste da ditadura naquele momento.

Como caracteriza EDER SADER, em sua tese de doutorado, três matrizes vão dar origem ao movimento social na década de 70, **a Igreja Católica, os remanescentes das organizações de esquerda e o novo sindicalismo**, mas este autor considera que a prática social da militância das pastorais e comunidades e a “Educação Popular” por ela desenvolvida era o paradigma do período, influenciando e acolhendo em seu meio os militantes dispersos que só aí encontravam possibilidades de contato e trabalho político com os setores populares. EDER SADER chega a descrever a prática de militantes do PCdoB (Partido Comunista do Brasil) na Pastoral Operária (SADER: 1995).

Os setores populares da Igreja Católica, que já vinham fazendo uma guinada ao povo, seguindo as resoluções do Concílio Vaticano II (1965) e das Conferência Episcopais Latino Americanas de MEDELLIN (1968) e PUEBLA (1978), aliam este giro à crítica à política desenvolvida pelos PCs no período pré 64, que segundo setores da Igreja, como a JOC (Juventude Operária Católica), tinham sua ação extremamente vinculada ao sindicalismo oficial, e também às organizações que se empenharam na luta armada no momento do fechamento do regime, por ver nelas posições vanguardistas (SADER: 1995).

Esta crítica à prática política aliancista ou vanguardista, estende-se à formação política que era desenvolvida pelos PCs, levando estes setores a buscar uma metodologia de trabalho popular calcada em pressupostos opostos, de maneira antagônica, à desenvolvida pelos PCs. Estes pressupostos encontram, como lembra VANILDA PAIVA, na obra de PAULO FREIRE o arcabouço teórico necessário (PAIVA: 1984). Lembremos que na década de 70

quase somente os setores católicos tinham espaço para atividades de organização popular e de formação. Com a crise do setores organizados nos partidos e outras organizações políticas de caráter partidário, seja por fatores políticos, seja por ação da repressão, o que resta de oposição ao regime busca guarida nas estruturas da Igreja, o que amplia ainda mais a capacidade de organização popular dos setores católicos, ou como nos diz VANILDA PAIVA:

”sua influência se estendeu não apenas aos leigos engajados no trabalho pedagógico-pastoral junto às camadas populares, mas a setores não católicos, graças ao autoritarismo do regime. Não havendo espaço possível para a ação política direta junto às classes populares além daquele oferecido pela igreja, nele se integraram elementos de proveniências variadas” (PAIVA, 1984: p. 249).

Nas palavras de EDER SADER:

“Mas o fato é que, nesta ‘ida ao povo’, buscando ajudar num processo de fazer despertar a ‘consciência crítica’, o método Paulo Freire esteve mais presente que os escritos de GRAMSCI, ‘Que Fazer?’ de Lênin, os livrinhos de Mao ou a ‘Revolução na revolução’ de Debray, de meteórica carreira....Os novos educadores se debruçaram sobre os livros de Paulo Freire – torceram o nariz para seu idealismo filosófico e seu humanismo cristão – e procuraram absorver suas orientações metodológicas para a alfabetização popular.” (SADER, 1995: p. 167/168).

Caracterizando a Educação Popular, Vanilda Paiva afirma que, para esta *“O conhecimento liga-se à vida (à prática da vida), deve servir à sua*

compreensão, mas já está presente em cada um devendo ser sistematizado a partir do interesse dos membros do grupo” (PAIVA, 1984: p. 229), portanto cabe ao professor ser mais um facilitador, um organizador das discussões que farão aflorar o conhecimento, jamais alguém que traga um conhecimento já estabelecido ao grupo. Os objetivos da educação estão ligados a comportamentos, aquisição de autonomia para pensar e não em tomar contato, ou muito menos assimilar verdades oriundas de teorias. “mesmo alterações posteriores no pensamento de Paulo Freire não tiraram este tipo de compreensão populista da Educação Popular” (PAIVA, 1984: p. 248)

Assim para a chamada “Educação Popular”, como identificada por VANILDA PAIVA, passou a caracterizar, apesar do termo impreciso e de diversas experiências deferentes, a tentativa de construir uma educação não diretiva, sem verdades prontas, sem relação de autoridade ou de hierarquia entre os participantes do processo educacional, professores e alunos.

Apesar das muitas iniciativas diferentes espalhadas pelo país, com nuances não captados nos textos da professora VANILDA PAIVA, uma vez que não era este seu objetivo na obra analisada, acreditamos que suas observações mostram bem o projeto de formação que caracterizou este período.

HUGO LOVISOLO, em uma interpretação diferenciada, apontará que:

“A educação popular não foi uma criação dos populares, mas de intelectuais que se declaravam a seu serviço, comprometidos com suas causas, solidários com seus destinos e, principlamente, com a construção da autonomia dos longos segmentos da população

representados como subordinados, dominados, etc.
(LOVISOLO, 1990: p. 18).

E ainda que:

“O corpo doutrinário da educação popular, que se apresenta como enbebido dos valores de justiça, igualdade, liberdade, solidariedade, fraternidade, autonomia dos grupos e indivíduos, emancipação ou libertação...” (LOVISOLO, 1990: P. 19).

Este movimento dos intelectuais visava, segundo LOVISOLO, *“construir a modernidade nas camadas populares”* (LOVISOLO, 1990: p. 21), possibilitando um movimento de *“conciliação”* entre política e educação, *“cujo eixo conceitual remete à emancipação”* (LOVISOLO, 1990: P. 26). Esta doutrina orientaria um *“trabalho de intervenção, dirigido a provocar o desencantamento do mundo e a difundir o modelo de escrita, vinculado estreitamente à emergência de uma ‘consciência reflexiva’ ou ‘transitiva’ que deveria ter como característica a emergência do homem à temporalidade e à construção da identidade”* (LOVISOLO, 1990: p. 27).

A crise da ditadura militar, que já a partir de 1974, com o resultado eleitoral favorável para o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), começa a demonstrar-se, acentua-se com as contestações nas ruas e nas urnas, o que obriga o presidente ERNESTO GEISEL a fechar o congresso em 1977 e instituir a figura do *“Senador Biônico”*, como forma de garantir a maioria governista da ARENA (Aliança Renovadora Nacional) (SOARES, 1998: p. 19 a 22), no conhecido jogo bipartidário dos partidos do *“sim”* e do *“sim senhor”*. É importante a participação, a partir da metade da década de 70, dos setores populares dentro do MDB

(Movimento Democrático Brasileiro), considerado então o único espaço de atuação institucional para a esquerda do país. Pelo MDB são eleitos vários parlamentares ligados às organizações de esquerda e ao setores populares em geral, inclusive aqueles com ligações com as pastorais sociais e as comunidades de base.

Na segunda metade da década de 70 há a emergência dos movimentos populares e sindical, “*a princípio obscurecida pela excessiva atenção aos processos mais institucionais da chamada transição democrática*” (PAOLI: 1991). Nas periferias das grandes cidades crescem os clubes de mães, Sociedades Amigos de Bairro tornam-se combativas, movimentos por regularização de loteamentos clandestinos e diversas outras matizes de movimentos reivindicatórios que mobilizam as populações pobres dos bairros periféricos. Alguns destes movimentos ganham características mais articuladas, como o Movimento do Custo de Vida, que coleta 1.250.000 assinaturas com uma série de reivindicações e realiza um ato com 20.000 pessoas em 1978 (SADER, 1995: p 220)¹³. Reinicia-se também o ciclo de lutas operárias, com a greve na Scania em 1978, que se alastra pelo ABC e marca a retomada das greves operárias no Brasil. Em 1979 nova greve dos metalúrgicos no ABC e em São Paulo, dirigida pela oposição sindical metalúrgica, frente ao imobilismo do “*pelego*” JOAQUINZÃO¹⁴. Nesta greve morre o operário SANTO DIAS DA SILVA, militante da Oposição Sindical Metalúrgica, da Pastoral Operária e das Comunidades de

¹³ Sobre os movimentos populares, cf também M. Glória GOHN: 1982.

¹⁴ Joaquim dos Santos Andrade foi interventor do Regime Militar no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, do qual foi presidente até 1987.

Base da Igreja Católica, assassinado pela polícia em frente à fábrica da Silvana, na Zona Sul de São Paulo.

Lideranças dos trabalhadores vinham se reunindo já no final da década de 70 em atividades como o Encontro Nacional das Oposições Sindicais (ENOS) (1979), no Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES) (1980) e, principalmente na Articulação dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS) (1980). Em 1981 é realizada a Conferência Nacional das Classes Trabalhadores (CONCLAT), na qual se inicia a gestação de uma articulação nacional mais permanente entre os sindicatos. Apesar da ilegalidade de formação de Centrais Sindicais é marcada a fundação da CUT (Central Única dos Trabalhadores) para 1982, aglutinando amplos setores do movimento sindical. Após o adiamento do congresso de fundação para 1983, a CUT é formada por uma parcela dos militantes sindicais entre os quais aqueles mais próximos das pastorais sociais e das organizações de esquerda que participavam do PT (Partido dos Trabalhadores) (GIANNOTTI e NETO: 1991).

No final da década de 70 a reforma partidária, decorrente da crise da Ditadura Militar e das pressões populares, inclusive pelas votações expressivas no partido da oposição, pela revisão do bi-partidarismo, dado seu esgotamento, permite o aparecimento de vários partidos no país. Vários setores da esquerda da época optam por manterem-se no chamado “setor popular” do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), como forma de garantir os espaços necessários à ação política própria e cimentar o caminho da democratização. Assim, ficam no PMDB os militantes do PCB (Partido Comunista Brasileiro),

PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e MR8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro). Outros setores da esquerda e a maioria dos militantes ligados às pastorais sociais e à Igreja optam por construir um partido autônomo e claramente popular e partem para a construção do PT (Partido dos Trabalhadores). Há ainda setores populares, minoritariamente, que são polarizados pelo projeto chamado de “socialismo moreno” ou “socialismo tupiniquim” do PDT (Partido Democrático Trabalhista), fundado por LEONEL BRIZOLA, recém chegado do exílio e que perdeu para IVETE VARGAS o direito de usar a sigla PTB (Partido Trabalhista Brasileiro).

Convergiram na fundação do PT (Partido dos Trabalhadores) amplos setores vinculados aos trabalhos pastorais da Igreja Católica, do “novo sindicalismo”, de diversos agrupamentos e organizações de esquerda, personalidades democráticas e intelectuais. Para ilustrar esta participação basta lembrar de algumas figuras que participaram da fundação do PT, como JACÓ BITTAR (Presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas), ARNÓBIO SILVA (Presidente do Sindicato dos Bananeiros da Região do Vale do Ribeira - SP), EDSON KHAIR (Deputado Federal pelo MDB-RJ), HENOS AMORINA (Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco), JOSÉ IBRAHIM (ex - Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, líder da greve de 68 naquele município e recém chegado do exílio), LULA (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo), MANUEL DA CONCEIÇÃO (ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pindaré-Mirim - MA), OLÍVIO DUTRA (Presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre - RS), EDUARDO SUPLICY (Deputado

Estadual pelo MDB - SP), APOLÔNIO DE CARVALHO e MÁRIO PEDROSA (GADOTTI e PEREIRA: 1989).

A década de 80, que ficou conhecida como “década perdida” para a América Latina, em função das dificuldades econômicas e da sangria que representou o pagamento da dívida externa destes países, foi, no entanto, no Brasil a de maior participação popular na vida política do país (GOHN: 1998). Também o professor SAVIANI, em artigo de 1995, já abordado anteriormente, sugestivamente intitulado “*Os ganhos da década perdida*”, ressalta o crescimento do movimento dos trabalhadores em educação e as conquistas do setor educacional nesta década considerada perdida

Já nas eleições estaduais de 1982, realizadas pela primeira vez desde 1965, a oposição elege os governadores dos principais estados, como São Paulo e Rio de Janeiro. Em 1983 foi convocada a primeira greve geral no país após o golpe de 64. Em 1984 o país assiste ao maior movimento de massas já visto, exigindo eleições diretas para Presidente da República. Apesar de sua impressionante demonstração de força, o movimento pelas Diretas Já foi derrotado no Congresso Nacional, que logo em seguida, numa manobra pelo alto e articulando o novo e o velho, reunido no Colégio Eleitoral, elege TANCREDO NEVES como o primeiro presidente civil, desde o golpe de 64. Em 1988 o governo usa o exército para acabar com a Greve dos Metalúrgicos de Volta Redonda, que ocupavam a Companhia Siderúrgica Nacional, mas não impede a vitória eleitoral da oposição nas eleições em cidades importantes como São Paulo, Campinas, Porto Alegre e Vitória.

O movimento sindical torna-se, na década de 80, ator importante no cenário nacional. A CUT (Central Única dos Trabalhadores), desde sua fundação em 1983, conhece um crescimento vertiginoso, através da conquista de sindicatos pelas oposições sindicais, pela “conversão” de dirigentes sindicais e pelo crescimento do movimento reivindicatório, que obriga até mesmo as diretorias ditas “pelegas” a apresentar reivindicações, negociar melhores condições de trabalho e, às vezes, fazer greve. O crescimento da CUT obriga os demais setores do sindicalismo a se organizar. Surge daí a CONCLAT (Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras), ainda em 83, que depois transformou-se na CGT e em 88 se dividiu em Central Geral dos Trabalhadores – CGT e Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT e de onde saem, em 1990, a Corrente Sindical Classista (formada por militantes do PCdoB) e a Unidade Sindical (formada por militantes do então PCB, hoje PPS - Partido Popular Socialista) que ingressam na CUT. Em 1987, com a vitória de LUIZ ANTONIO MEDEIROS para a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, passa a ser gestada uma nova central sindical, mais articulada e com maiores vínculos com os governantes e o patronato, o que leva a criação da Força Sindical em 91 (GIANNOTTI e NETO, 1991-2: p. 20).

A abertura política no país, na década de 80, com a ampliação das liberdades democráticas, a criação de partidos políticos e de centrais sindicais, o crescimento do espaço político e social das ONGs (Organizações Não Governamentais), tira dos setores católicos a centralidade na oposição ao regime. Mas a metodologia do trabalho popular e de formação construído mantêm-se, principalmente nas ONGs, partidos e sindicatos para onde migraram os dirigentes

e militantes oriundos da Igreja Católica. A CUT (Central Única dos Trabalhadores) e o PT (Partido dos Trabalhadores) serão dois pólos de grande participação destes setores.

A crescimento do PT na década de 80 é surpreendente, tanto do ponto de vista da conquista de cadeiras no parlamento, de prefeituras, como de filiados e militantes. O PT torna-se uma partido de raiz societária, com base nacional, presença nos movimentos sociais e representação política e social consideráveis. Este acúmulo da década de 80 leva o partido a disputar o segundo turno das eleições presidenciais em 1989 com LULA.¹⁵

Este crescimento não se dá sem crises e traumas. As diversas correntes-de-opinião, que se expressavam no PT desde o seu nascimento, vão produzindo uma convivência, ao mesmo tempo construtiva e profícua, como desestabilizadora e desgastante, como podemos verificar nos diversos textos publicados sobre o assunto, tais como os de JOSÉ DIRCEU e WALDIMIR POMAR, de 1986, com pesadas críticas às demais tendências do PT, e o de AUGUSTO DE FRANCO, de 87, defendendo a existência de tendências do PT e não no PT. Esta polêmica leva à regulamentação da existência das tendências no final de 87 (DIRCEU e POMAR: 1986; FRANCO: 1987; GADOTTI e PEREIRA: 1989).

A formação política realizada pelo PT, principalmente no início da década de 80, é profundamente marcada pela presença de militantes com experiência na

¹⁵ Luis Inácio Lula da Silva, Presidente do Partido dos Trabalhadores, líder sindical metalúrgico que tornou-se a figura política mais expressiva do bloco democrático-popular e sindical dos anos finais da década de 70 e nas décadas de 80 e 90. Disputou as primeiras eleições diretas depois da ditadura militar (1989) chegando ao 2º turno no embate vencido por Collor de Melo.

chamada “Educação Popular” e dela sofre enorme influência. Isto é bastante compreensível se verificarmos que o PT nasce com dois elementos que corroboram esta matriz formativa, a estreita relação com os setores populares influenciados pela militância católica e uma crítica profunda à prática dos PCs, que optaram, à época da reorganização partidária, em manterem-se no PMDB. Esta crítica à política dos PCs também se estende à sua tradição de formação política.

O tipo de formação e de metodologia do trabalho popular, até porque houve uma *pedagogização da ação popular* (PAIVA: 1984), exercida pelos militantes influenciados de alguma forma pela Igreja Católica e que ficou conhecida como “Educação Popular”, estava profundamente imbuído de um sentido anti estatal, anti doutrinário e anti diretivo, que informou a “formação petista”.

CARMEM SILVA, em sua dissertação de mestrado, nos diz que “*data de 1985 a criação, pela Comissão Executiva Nacional, do primeiro grupo de trabalho com o objetivo de encaminhar a atividade de formação política em nível nacional*” (SILVA: 1995). A autora ressalta, de forma bastante clara, as influências da tradição de das organizações de esquerda, da formação sindical, e a predominância da educação popular na formação política petista.

Em 1988 é publicado o texto “*A política de Formação do Partido dos Trabalhadores*”, sob responsabilidade da Secretaria Nacional de Formação do PT, cujo Secretário era WLADIMIR POMAR. Tal texto é fortemente marcado pela cultura da “Educação Popular”, mas também apresenta também, de forma

fragmentária e desconexa uma concepção mais doutrinária da formação política. Esta combinação entre visões metodológicas distintas vai se repetir no documento da Secretaria Nacional de Formação Política apresentado ao I Congresso do PT em 1991.

O documento de 1988 afirma, quando trata da metodologia da formação, claramente afinado com a “Educação Popular”, que:

*“1) A escolha de temas e assuntos que devem fazer parte dos programas de formação não é feita a partir dos conhecimentos historicamente acumulados, mas sim a partir da pesquisa dos problemas práticos enfrentados pela militância no movimento social como um todo e na atividade cotidiana ou setorial. Por exemplo, foram as dificuldades da militância em entender a nova fase multipolarizada da luta de classes, após o fim da ditadura militar aberta, que nos levou a escolher **classes e luta de classes no Brasil** como um dos temas chaves para discutir...”*

2) O tratamento dos temas e assuntos escolhidos para o processo formativo também não é feito a partir da utilização do instrumental de conceitos existentes para explicar os fatos práticos. O processo formativo parte do nível de conhecimento dos militantes sobre os problemas práticos e do conjunto de conhecimentos teóricos que empregam para explicá-los...” (SNFP-PT, 1988: p. 7)

O próprio documento acrescenta:

*”A essa metodologia aplicada no processo de formação, alguns companheiros com experiências em educação popular vêm chamando de **metodologia dialética**. Em termos esquemáticos ela é explicada como a*

metodologia que parte da prática para formular a teoria e retorna à prática para comprovar a teoria, fechando o ciclo prática-teoria-prática (SNFP-PT, 1988: p. 8)

Esta declaração em defesa da “Educação Popular” não elimina do texto uma combinação com outras compreensões sobre o processo de construção/transmissão do conhecimento, oriundas da prática de formação política dos PCs, que se opõe à produção teórica acumulada pela “Educação Popular” e que são tratados como fazendo parte da “*metodologia dialética*”¹⁶.

Descrevendo o processo pelo qual são escolhidos os temas a serem trabalhados a partir da prática dos educandos, o documento conclui que “*a preocupação principal é que os militantes conheçam o conteúdo, evitando a aplicação mecânica dos conceitos*” (SNFP-PT, 1988: p. 7), ou seja reconhece que há conteúdos a serem conhecidos. Contrariamente ainda à cultura da “Educação Popular”, o documento ressalta a importância do desenvolvimento de estudos e pesquisas individuais e acrescenta: “*E isso só é possível através do estudo e domínio do método de análise ou como alguns o chamam, do instrumental de análise*” (SNFP-PT, 1988: p. 8), ressaltando que: “*Um método científico de análise é aquele que busca descobrir a realidade tal qual é e suas leis de transformação, livrando-as das aparências que as distorcem*” (SNFP-PT, 1988: p. 8).

O documento de 1988 se contrapõe à visão da Fundação Nativo da Natividade (que será trabalhada mais adiante, no capítulo II) de que a ideologia é

¹⁶ A transposição dos pressupostos e formas da Educação Popular para a Formação Política foi denominada, por seus principais formuladores como “metodologia dialética”. Na verdade a concepção dialética da educação é, ao nosso ver, muito mais ampla que tal denominação.

o motor da ação revolucionária e não a teoria, afirmando ser a “consciência” de sua situação de classe, o conhecimento pois da realidade, a teoria, a ciência que leva o trabalhador a lutar. Esta valorização da teoria choca-se com a proclamada “metodologia dialética” e com a “Educação Popular”, ainda mais quando um pouco adiante afirma que :

“Quanto mais a verdade dos fatos for apresentada para os trabalhadores, quanto maior seu conhecimento dos mecanismos de funcionamento do sistema capitalista, quanto maior sua apropriação da ciência e quanto melhor souberem utilizar a crítica às relações sociais, tanto mais facilmente se libertarão da influência da ideologia burguesa e elevarão sua consciência de classe” (SNFP-PT, 1988: p. 9, grifos nossos)

Esta síntese está, ao nosso ver, claramente em contradição com a propalada construção do conhecimento a partir da prática dos educandos. Esse projeto de formação eclético é, em verdade, a justaposição de posturas da maioria dos formadores petistas, oriundos da Educação Popular, cuja cultura é predominante entre dirigentes e militantes do partido, e posições minoritárias de concepção de formação que na verdade se expressam sem declarar tal oposição, de forma subjacente.

Entre os instrumentos de realização da formação petista está colocado, em destaque no documento da SNFP de 1988, o Instituto Cajamar, formado por vários dirigentes do PT e de sindicatos ligados à CUT, presidido por PAULO FREIRE, que fará, na prática, a formação petista na década de 80. Ao ressaltar a importância do INCA (Instituto Cajamar) o documento de 1988 afirma que: “...os

dirigentes sindicais começam a se dar conta, com maior nitidez, da importância da teoria para o desenvolvimento de sua luta concreta. É o rompimento com a concepção até então predominante de que a prática decidia tudo, sem necessidade da teoria” (SNFP-PT, 1988: p. 11 e 12) e ao avaliar a experiência da relação entre a SNFP (Secretaria Nacional de Formação Política do PT) e o INCA (Instituto Cajamar), após citar diversos avanços, afirma: *“É verdade que há exceções e que persistem diversas deficiências, tanto na transmissão dos conhecimentos acumulados quanto no processo de debate e elaboração de novos conhecimentos”* (SNFP-PT, 1988 p 12, grifo nosso). Novamente o conhecimento científico é tratado como algo a ser transmitido, apesar da “profissão de fé” na Educação Popular e na “metodologia dialética”.

É neste contexto, no final da década de 80, que é criada a Fundação Nativo da Natividade, como resposta, dentro do PT, à hegemonia da Educação Popular como metodologia da formação política e à existência de um único instrumento da formação petista hegemônico pelo setor majoritário no partido.

Capítulo II

A FUNDAÇÃO NATIVO DA NATIVIDADE: ORIGENS, MATRIZES POLÍTICAS E INSTITUCIONAIS E AS CONTRADIÇÕES DA FORMAÇÃO POLÍTICA DAS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS E PARTIDÁRIAS NA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NO BRASIL DOS ANOS 80.

Neste capítulo pretendemos verificar os objetivos, projetos, experiência e atividades da Fundação Nativo da Natividade para, posteriormente, avaliar tais elementos e buscar compreendê-los à luz do movimento social mais amplo que fornece os determinantes para uma análise histórica e institucional. Para tanto serão utilizados principalmente os documentos da própria FNN (Fundação Nativo da Natividade) e de seus principais colaboradores. É preciso lembrar ainda nossa participação no projeto institucional da Fundação, quando tivemos atuação nos anos 1989 a 1994 como coordenador da agência sudeste e integrando, a partir de 1992 sua coordenação nacional. Esta observação requer a consideração de que a análise aqui apresentada não é isenta dos envoltórios conjunturais e estruturais provocados por esta vinculação. Buscaremos investigar o período compreendido entre 1987, ano da elaboração dos primeiros esboços de projeto da FNN (Fundação Nativo da Natividade), e 1993, quando após sua transferência para Campinas ocorre uma redução drástica de suas atividades em nível nacional. Este período é também o de maior realização, debates e elaboração no campo da formação política do Instituto, de forma que é aí que buscaremos encontrar a contribuição específica da Fundação Nativo da Natividade para a

construção de um projeto de formação política orgânico e idiossincrático para a classe trabalhadora para aquele contexto e época.

Como vimos no capítulo anterior, a década de 80 foi de grande avanço do movimento popular e sindical, inclusive no campo da educação, tanto do ponto de vista sindical, com a mobilização dos trabalhadores em educação e a transformação da ANDES (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior) e da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) em estruturas sindicais, assim como do ponto de vista do acúmulo na formulação sobre educação, com destaque para as Conferências Brasileiras de Educação (SAVIANI: 1995). Esta década foi também de grande crescimento da CUT e do PT e marcante no crescimento das divergências internas destas duas instituições. Basta lembrar que no Congresso de fundação da CUT (Central Única dos Trabalhadores) em 1983¹⁷ havia certa unanimidade em torno das definições de estatuto e da direção da entidade, e a disputa ideológica e institucional no campo da política sindical e geral dos trabalhadores era com os setores que ficaram fora da CUT. Apenas em 1986 vão começar a aparecer divergências, que se aprofundam no Congresso de 1988, quando são reformulados os estatutos da entidade e cristalizam-se no congresso de 1991, quando quase há um racha na Central e o Congresso termina em conflitos verbais, enfrentamento e apelações violentas, demonstrando não apenas o grau de divergência, como o grau de deterioração das relações internas.

¹⁷ O Congresso de Fundação da Cut ocorreu em 26, 27 e 28 de agosto de 1983, no município de Praia Grande, em São Paulo, com 5.059 delegados de 912 entidades sindicais, urbanas e rurais, de 25 estados brasileiros (CUT: 1984).

No PT apesar do nível da relação entre as pessoas e correntes internas ter melhorado na década de 80, em virtude da aceitação e a regulamentação do direito de tendência¹⁸ e a proporcionalidade de participação na constituição das Comissões Executivas¹⁹, instâncias deliberativas e organizacionais do Partido, o grau de divergências sobre os caminhos que o partido deveria seguir foi se acentuando.

Em relação à formação política petista, em julho de 1986 é formado o Instituto Cajamar, composto por um grupo de 123 sócios e presidido pelo prof. PAULO FREIRE. O INCA (Instituto Cajamar) se define como “... *fruto da experiência de educação popular desenvolvida no Brasil, que se define por processos educativos comprometidos com projetos de transformação social.*” (INCA: 1996). Entre os sócios fundadores do INCA (Instituto Cajamar) estavam as principais lideranças partidárias e sindicais vinculadas ao setor majoritário no PT e na CUT à época. A presidência foi entregue ao Professor PAULO FREIRE na tentativa de associar o Instituto à história da Educação Popular, ao passado de luta contra a Ditadura Militar, à opção pedagógica e político partidária do emérito professor, que no retorno do exílio, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores, tendo sido Secretário da Educação da Prefeitura de São Paulo no governo deste partido na cidade.

¹⁸ O direito de tendências configura a autorização institucional do partido para a organização interna de grupos e forças representativas internas do PT,. Foi regulamentado no 5º Encontro Nacional do partido, em 1987 (PT: 1998).

¹⁹ A participação proporcional nas Comissões Executivas do PT foi regulamentada no 7º Encontro Nacional do Partido em 1990. Antes as tendências e agrupamentos minoritários participavam das Comissões Executivas através de convites feitos pela chapa majoritária em cada encontro (PT: 1998).

Desde sua criação, o Instituto Cajamar, foi o principal centro de formação política do PT. Para alguns dirigentes do partido e mesmo para muitos filiados e militantes, o INCA parecia ser um instituto de formação do partido. Desde a criação da Secretaria Nacional de Formação Política do PT até 1993 existiu ainda uma vinculação entre o INCA (Instituto Cajamar) e a SNFP-PT (Secretaria Nacional de Formação Política do Partido dos Trabalhadores) através do Secretário Nacional de Formação Política, uma vez que o primeiro secretário foi, como vimos, WLADIMIR POMAR, que era Coordenador Geral Adjunto do INCA (Instituto Cajamar). Mais tarde, a partir de 1990, GILBERTO DE CARVALHO, que era Coordenador do Instituto Cajamar assume também a Secretaria Nacional de Formação Política do PT.

O Boletim Nacional, órgão do Diretório Nacional do PT, assim anuncia a formação da Fundação Nativo da Natividade:

“A luta entre as correntes existentes no Partido dos Trabalhadores ganhou um novo elemento: a disputa entre as diferentes escolas de formação política.

Isto é o que se pode deduzir do surgimento, ocorrido este ano, da Fundação Nativo da Natividade, cujos objetivos são ‘a formação política e ideológica de pessoas que participam das lutas popular, sindical e política, na linha da independência de classes, sem distinções de tendências políticas, religiosas ou filosóficas.’

Tendo entre seus quadros companheiros como José Genoíno, João Machado, Eduardo Jorge, Waldemar Rossi, Domingos Galante e Durval de Carvalho – este último fazendo parte, desde 1986, da coordenação do Instituto

Cajamar – a Fundação pretende desenvolver, à semelhança do Inca, vários níveis de cursos de formação.

As semelhanças, contudo, não vão muito além disso. Enquanto o Inca surgiu visando concentrar nossos escassos recursos humanos na área de formação, a Fundação defende que ‘a proliferação de experiências de formação’ constitui-se em ‘fator impulsionador da luta social’.

A formação ministrada no instituto parte da idéia de que a prática é o critério da verdade. Já a Fundação chama isto de “concepção vulgar e doutrinária do marxismo’.

A diferença entre as escolas – das quais apontamos apenas duas – são na verdade expressão das diferentes posições políticas e filosóficas existentes no interior do PT. A disputa entre elas poderá ser saudável para o Partido, desde que feita de forma aberta e clara. É importante, por exemplo, que sejam amplamente divulgados os projetos pedagógicos de ambas as instituições. Ou, então, que se explicitem nas páginas da imprensa partidária as diferenças existentes.”
(Boletim Nacional do PT: julho - 1988)

Como deixa claro o texto citado, à maioria da direção nacional do PT, em 1988, não agradava a existência de outra escola de formação, além do Instituto Cajamar. Além disto tal artigo tratava de “alertar” a militância do partido sobre os motivos que levavam à formação de outra Escola de Formação Política e a quem ela “pertencia”.

O projeto de formação de uma outra escola de Formação Política no Brasil, no campo de ação política do PT e da CUT, além do INCA, começa a surgir em

1987, a partir da preocupação de setores do PT com a ausência de um programa de formação que não fosse o da tendência Articulação²⁰, realizado no Instituto Cajamar. É certo que apesar da ausência de uma Escola Nacional, estes setores realizavam atividades de formação em nível de tendência, dos sindicatos ou de vários centros de formação política e sindical espalhados pelo país.

Na estruturação da Fundação Nativo da Natividade pensou-se em um Conselho Deliberativo representativo de diversas áreas de atuação e conhecimento, como economia, sociologia, filosofia e pedagogia, assim como pessoas de destaque, como deputados, sindicalistas e intelectuais acadêmicos. A primeira proposta de composição do Conselho Deliberativo encontrada nos arquivos da FNN divide-se assim:

“I CONSELHO

- 1. Política – Florestan Fernandes, José Genoio, João Machado*
- 2. Economia – Lauro Campos, Ricardo Antunes, Virgílio Guimarães, Carlos Henrique Árabe*
- 3. História – Sandra Starling, Flávio Khoutzi*
- 4. Ideologia e Propaganda – Augusto de Franco, Carmem Moraes*

²⁰ A Articulação é a denominação da tendência majoritária no PT, formada por alguns de seus principais líderes, como Lula, José Dirceu, Wladimir Pomar e outros. Tem sido, a partir desta composição eclética, o setor mais moderado do PT, incorporando certo pragmatismo político e uma atuação por vezes populista. Na década de 90 sofre uma ruptura que origina a Articulação de Esquerda.

5. *Metodologia e Filosofia* – Aldo F, Juarez de Paula, Raul Pont, Arrigo Malavolti
6. *Pedagogia* – Renato Simões, Raimundo Damasceno, Carlos Kopcap, Flávio Silveira, Nádia, Marinho, Moacir Gadotti
7. *Movimento Operário* – Valdemar Rossi, Vito Gianoti, Salvador Pires, Sebastião Neto, Durval de Campinas, Jorginho de Franca, Domingos Galante, Leonildo
8. *Movimento Popular* – Eduardo Jorge, Ticão, Fernando Altmeier, Adão Rosa, Fatinha Oliveira, Alberto de Oliveira, Everardo Lopes, João Alfredo Telles
9. *Documentação e Pesquisa* – Marli Alcântara, Moisés do CPV, Américo Bernardes, Antonina
10. *Editoria* – Regis Moraes, Sueli Bossam, Flávio Andrade

II – Conselho Fiscal

1. *Alzira Bianca*
2. *Amauri Barros*
3. *Carlúcio Castanha*

1. *Ana Maneschi*

III – Equipe de Coordenação

Norte-Nordeste: Juarez de Paula

Centro Oeste: Augusto de Franco

Sudeste: Vito Gianotti

Sul: Flavio Silveira” (DOCUMENTO 1 - FNN: 1987)²¹

Na composição final do Conselho Deliberativo não se encontram os nomes de RICARDO ANTUNES, MARINHO, FERNANDO ALTMEIER e RÉGIS MORAES e entraram os nomes de CLEODON SILVA e PAULO TAPES. Não foram encontradas anotações que justificassem as ausências ou as novas adesões. Outras anotações encontradas citam possíveis nomes para o Conselho como ROBERTO GOUVEIA, MAURÍCIO FARIA e PAULO PARAGUAIO.

Alguns destes conselheiros pouco ou nada participaram realmente da vida da FNN (Fundação Nativo da Natividade), pelo que se pode apurar, mas seus nomes traziam importantes referências para o Instituto que se ambicionava montar. Percebe-se ainda uma preocupação em compor tal conselho com representação das diferentes correntes políticas do PT e da CUT que estavam se aglutinando em torno do projeto.

A direção do Instituto estava a cargo de sua Coordenação Nacional, formada por ALDO FORNAZIERI, AMÉRICO BERNARDES, AUGUSTO DE FRANCO, RENATO SIMÕES e SEBASTIÃO LOPES NETO. Essas pessoas representavam as principais correntes políticas e de pensamento que construíam, naquele momento, a nova entidade.

AMÉRICO BERNARDES, físico, era membro da direção da Democracia Socialista, tendência interna do PT com relações com o Secretariado Unificado da

²¹ Os nomes referidos sem maiores qualificações, ou mesmo sobrenome, foram assim encontrados nos documentos e sua identificação torna-se difícil no momento.

IV Internacional, organismo de inspiração trotskista; ALDO FORNAZIERI, sociólogo, era membro da direção da Nova Esquerda (ex PRC – Partido Revolucionário Comunista, que era um racha do PCdoB – Partido Comunista do Brasil), tendência interna do PT; AUGUSTO DE FRANCO, físico, havia sido do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e do Movimento dos Trabalhadores, era da Coordenação Nacional da Vertente Socialista, tendência interna do PT que aglutinava militantes, em sua maioria saídos da Articulação; RENATO SIMÕES, filósofo, ex- seminarista, articulava um grupo estadual com bases na Igreja Católica e era assessor sindical de sindicatos da *CUT pela Base*, segunda maior tendência da CUT e da qual participavam as demais correntes que convergiam para a Fundação Nativo da Natividade; SEBASTIÃO NETO, metalúrgico, era membro do Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (MOSMSP) e da Direção Nacional da CUT e da tendência CUT pela Base.

O primeiro esboço de projeto encontrado, de autoria de AUGUSTO DE FRANCO, de início de 88, afirma que *“organizar uma escola ou um sistema de cursos de formação constitui uma atividade que pressupõe uma determinada matriz ideológica e supõe um conjunto de hipóteses políticas das quais derivam uma série de práticas pedagógicas”* (DOCUMENTO 2 – FNN: 1988).

Em seguida o documento faz considerações sobre a possibilidade de que *“Uma análise de fundamentos das concepções de formação que têm gerado as atuais iniciativas de organização de escolas e cursos, (é) capaz de revelar seus pressupostos ideológicos e suas bases políticas”* e enumera uma série de críticas

às experiências de formação política nos “empreendimentos pedagógicos organizados não partidários”, como:

“1º - A concepção de escola ou sistema de cursos de formação como central de assessoria política geral ou como agência de assessores permanentes;

2º - A concepção de escola ou sistema de cursos de formação como aparelho de uma determinada visão política ou como rede ou espaço privilegiado de recrutamento para uma determinada organização, tendência ou articulação política;

3º - A concepção de escola ou sistema de cursos de formação como atividade unificadora ou instrumento reprodutor das idéias de um agrupamento voltado para a luta interna, para a luta política dentro de um partido, central de trabalhadores ou outra organização popular do mesmo campo;

4º - A concepção de escola ou sistema de cursos que encara o empreendimento pedagógico como pretexto para unificar diversas tendências políticas e militantes em função da construção de um núcleo ou embrião de organização política, de uma tendência ou de uma articulação;

5º - A concepção de formação que leva à vulgarização do marxismo, ao esquematismo e ao manualismo. Igualmente inaceitável é a concepção que confunde formação com doutrinação, apresentando visões particulares sobre pontos polêmicos da teoria social como se fossem concepções universais, as únicas, as verdadeiras, as corretas.” (DOCUMENTO 2 – FNN: 1988)

Estas posições são claramente demarcação de posição em relação às experiências de formação já existentes, tanto a dos PCs, quanto a da Educação Popular, mas, particularmente com a do Instituto Cajamar, demonstrando que, na intenção de alguns de seus criadores, pelo menos, o novo instituto tinha como objetivo, entre outros, demarcar uma nova concepção de formação política. No entanto como tais posicionamentos eram muito explícitos, foram retirados pelo Conselho Deliberativo e por isso não constam do Projeto Pedagógico, documento final de divulgação da nova entidade.

Em seguida o esboço de AUGUSTO DE FRANCO passa a anunciar o que seriam os pressupostos políticos do novo Instituto de Formação, que, diferentemente das críticas às experiências existentes, foi reproduzido, com mudanças mínimas, no projeto pedagógico. Segundo o Projeto Pedagógico da FNN, seus pressupostos políticos eram:

“1 – Um sistema de formação política e ideológica prioritariamente voltado para as pessoas que participam da luta popular, na linha da independência de classe, sem distinções de tendências políticas, religiosas ou filosóficas;

2 – Uma concepção de formação política e ideológica orientada para a conquista da autonomia das organizações dos trabalhadores no processo de transformação revolucionária da sociedade brasileira numa sociedade socialista;

3 – Uma concepção pluralista e democrática de formação, onde os formandos tenham acesso às diferentes visões existentes sobre temas curriculares que são

polêmicos dentro do campo de trabalho delimitado.” (FNN: 1988)

Para maior clareza convém recuperar que apenas na última frase dos enunciados o esboço original era diferente e afirmava que “*os formandos tenham acesso às diversas visões existentes sobre todos os temas curriculares.*” (DOCUMENTO 2 – FNN: 1988)

Além das disputas políticas internas ao PT a Fundação Nativo da Natividade inaugura um projeto pedagógico que busca, como relata o esboço de AUGUSTO DE FRANCO já citado:

“... contribuir para a difusão de um novo comportamento político que se contraponha à tradição dogmática e autoritária que herdamos da III internacional na sua fase estalinista, bem como às práticas sectárias e hegemônicas de vários setores que, oriundos desta tradição, reativaram-se recentemente a partir de uma auto-crítica apenas técnica de sua prática anterior, mas que continua reproduzindo crenças ideológicas que apontam para a eliminação de divergências no seio das esquerdas revolucionárias que passa pela eliminação dos que divergem.” (DOCUMENTO 2 – FNN: 1988)

Apesar do grau de disputa que este trecho contém, tanto que foi retirado do projeto pedagógico divulgado, ele retrata também a busca de uma metodologia de formação que negue as raízes dos PCs e que não seja a metodologia da Educação Popular como vinha sendo executada no PT e na CUT, considerada no

projeto pedagógico da FNN como derivada de “... concepções vulgares do marxismo que pretendem atribuir à prática a capacidade de ‘comprovar’ se uma teoria é verdadeira ou que afirma que ‘todos os conhecimentos autênticos prevêm da experiência direta’” (FNN: 1988).

Esta nova metodologia, segundo tal documento assenta-se nas seguintes bases:

“I – Na formação do militante político a pedagogia utilizada deve articular dialeticamente a teoria e a prática.

II – Na formação do militante político a formação política deve estar combinada com a formação ideológica.

III - A formação político-ideológica do militante não se confunde com doutrinação.

IV – Os militantes políticos se formam na medida em que assumem responsabilidade com a formação de outros militantes.

V – A formação política tem que propiciar uma avaliação e reelaboração da prática política e, se parte da experiência do formando, deve qualificá-la na volta à ação concreta” (FNN-1988).

O projeto pedagógico da FNN procura detalhar e explicar cada um destes pressupostos, algumas das afirmações são bastante ilustrativas da concepção que se busca desenvolver:

“Pedagogia Dialética – A pedagogia Dialética relaciona-se com o método que articula a teoria com a prática, sem subordinação mecânica de um polo ao outro da articulação. A aplicação do chamado ‘método dialético’ no

processo de formação leva em conta a natureza dinâmica da relação teoria-prática e a sua interdependência, não trabalhando com os preconceitos ideológicos das concepções vulgares do marxismo que pretendem atribuir à prática a capacidade de ‘comprovar’ se uma teoria é ‘verdadeira’ ou que afirmam que ‘todos os conhecimentos autênticos provêm da experiência direta’” (FNN, 1988: p. 9,10).

O Projeto Pedagógico da FNN delinea, desta forma, pressupostos diferenciados dos até então consagrados pela Educação Popular, como a predominância da prática sobre a teoria no processo educativo, tanto no que diz respeito ao conceito de verdade como na metodologia de ensino basear-se na prática imediata dos educandos, assim como também se diferencia da formação dos PCs onde a teoria predomina, como vimos no capítulo anterior. Foi muito utilizada nos debates, por representantes da FNN, neste período, a crônica “*Conversa com Borges*”, de Luis Fernando Veríssimo. cujo enredo versa sobre o assunto, como podemos ver:

“Mais tarde, chegamos à questão da importância da experiência para o escritor. Eu sustentava que a experiência é importante para o escritor. Borges mantinha que a experiência só atrapalhava.

- *Toda experiência de vida que eu necessito está nesta biblioteca – disse Borges, indicando a sala de espelhos com as mãos.*

- *Mas nós não estamos numa biblioteca, mestre – observei.*

- *Estou sempre numa biblioteca – disse Borges. Continuou: - E, mesmo assim, sei como é enfrentar um tigre.*
- *Mas você alguma vez enfrentou um tigre?*
- *Nunca. Nunca sequer vi um tigre na minha vida. Mas sei como os seus olhos faíscam. Sei como é o seu cheiro e o silêncio macio do seus pés no chão da jangal. Tenho 117 maneiras diferentes de descrever o seu pelo e posso comparar seu focinho com outras 117 coisas diferentes, desde a frente de um Packard até um dos disfarces do Diabo. Sei como é o seu bafo, quente como o de uma fornalha, no meu rosto, quando ele procura a minha jugular com os dentes.*
- *Você se baseia no relato de alguém que enfrentou um tigre e escreveu a respeito?*
- *Não. Ninguém que enfrentou um tigre jamais deu um bom escritor.*
- *E o contrário? Um escritor que tenha enfrentado um tigre?*
- *Houve um – concordou Borges – Aliás, um bom escritor. Um dia ele foi atacado por um tigre dentro de sua biblioteca, que ficava no centro de Amsterdam. Nunca foi possível descobrir como o tigre chegou lá.*
- *O tigre o matou?*
- *Não. Ele está vivo até hoje.*
- *Mas então ele, melhor do que ninguém, pode descrever o que é enfrentar um tigre. Porque tem experiência.*
- *Não. Você não vê? Para escrever de maneira convincente sobre o tigre ele teria que voltar à sua*

biblioteca. Consultar os seus volumes. Os zoólogos e os caçadores. Os simbolistas. As enciclopédias. Tudo o que já foi escrito sobre o tigre. As comparações do seu focinho com a frente de um packard ou com um dos disfarces do diabo. E isso ele não pode fazer.

- *Por que não?*
- *Porque tem um tigre na sua biblioteca!”²².*

Com esta crônica, citada várias vezes por dirigentes da Fundação Nativo da Natividade, procurava-se criticar, satirizando, a idéia da aquisição de conhecimento através da experiência imediata, bem como buscar um debate sobre a possibilidade e mesmo da necessidade, defendida pelos dirigentes da Fundação, de teoria nova ser gerada a partir da própria teoria acumulada, ou seja, a gênese do conhecimento humano é a prática, a experiência, que gera um conhecimento inicial, a partir do qual a teoria ganha estatuto próprio com autonomia relativa em relação à prática, podendo, portanto, ter desenvolvimento próprio.

Procuraremos verificar, posteriormente como este pressuposto se desdobrava na metodologia e na prática pedagógica da Fundação.

Continua o Projeto Pedagógico:

²² A crônica está no livro “A mãe do Freud”. Cópias foram encontradas nos arquivos da FNN, de onde retiramos o texto.

“Formação política e ideológica – Não há ação transformadora sem um sistema ideológico de referência através do qual os indivíduos se reconhecem como sujeitos que vivem uma determinada situação, bem como reconhecem a necessidade de modificar esta situação. ...Símbolos, músicas, histórias e outros componentes do nível ideológico criam condições de animação sem as quais uma pessoa dificilmente será compelida a engajar-se numa luta pela transformação da sociedade, quer dizer, dificilmente se tornará um militante.

...Se, por um lado cabe à ideologia o papel de ‘motor’ da ação, cabe, por outro lado, às teorias políticas, o papel de ‘guias’ para a ação, devido ao conhecimento que podem proporcionar dos mecanismos e dos processos concretos de dominação de classe. Em outras palavras: sem o conhecimento da realidade social qualquer ação impelida pela ideologia não poderá ter direção nem consequência. “
(FNN, 1988: p. 10)

A concepção de ideologia expressa neste pressuposto é bastante próxima do conceito gramsciano de ideologia, não como mascaramento da realidade, mas como *“uma concepção do mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas”* (GRAMSCI, 1987: p.16), ou ainda, poderíamos dizer, no conjunto de hábitos, costumes, sistema de valores, comportamentos e sentimentos que são a forma mesmo da relação das classes com a própria realidade. É ainda, tal concepção da FNN, correspondente ao pensamento gramsciano ao admitir a necessidade da luta ideológica, uma vez que o senso comum é permeado de contradições entre a ideologia dominante presente e hegemônica, inclusive nas

camadas populares, e elementos de uma nova ética, de uma nova ideologia que corresponda aos interesses do proletariado. Assim, a luta ideológica, possível e necessária, passa pela capacidade de construir uma visão de mundo que se expresse nos valores, costumes, comportamentos, enfim, ideologicamente, e que reflita uma filosofia como uma visão coerente do mundo, organicamente vinculada a um projeto de classe, tornando-se assim a ideologia uma “*fase intermediária entre a filosofia e a prática cotidiana*” (GRAMSCI, 1987: p. 151). Tal visão choca-se com derivações de teorias estruturalistas que reservam à ideologia (e à super estrutura em geral) um papel de reflexo da infra-estrutura econômica, de cujas mudanças depende totalmente qualquer alteração ideológica, negando assim a possibilidade de disputar, no campo da ideologia, projetos de sociedade.

Outro elemento que nos parece assemelhar a visão da FNN à de GRAMSCI é a idéia de que a classe vive a teoria na forma de ideologia, ou, nas palavras de GRAMSCI “*nas massas como tais, a filosofia não pode ser vivida senão como uma fé*” (GRAMSCI, 1987: p. 26). Deriva daí a idéia, defendida pela FNN, da ideologia como motor da ação, combatida no texto de 1988 da Secretaria Nacional de Formação Política do Partido dos Trabalhadores.

Segundo a concepção defendida pela Fundação Nativo da Natividade, cabe à teoria o direcionamento da ação política, a capacidade de discernir, compreender a realidade e, desta forma, delinear o caminho a seguir. No entanto, dentro desta mesma concepção não é a teoria que move à ação transformadora, mas sim a ideologia.

Desenvolvendo esta concepção de formação ideológica, o Projeto Pedagógico da FNN coloca a forma como ela deve apresentar-se nas atividades formativas:

“A criação de uma sistemática de formação ideológica compreende o que chamamos de:

*1º - **Ambientação ideológica**, constituída a partir de **Cenários** – onde entram em jogo símbolos, músicas, histórias de heróis e mártires da luta revolucionária, galerias de retratos e gravuras, contatos pessoais com dirigentes e militantes políticos que se destacaram na luta revolucionária no Brasil e em outros países, etc., e **práticas cotidianas de funcionamento** que incorporam a crítica e a auto-crítica, o planejamento, a cobrança e a avaliação de tarefas democraticamente assumidas, a auto-disciplina, etc.*

...

*A ambientação ideológica construída procura estimular certas idéias, certos sentimentos e certas atitudes-comportamentos que se contrapõe ao individualismo exacerbado pela sociedade burguesa e ao autoritarismo das sociedades burocráticas. Se a formação procura estimular valores como o companheirismo, a confiança, a lealdade, a tolerância e a solidariedade é obvio que estes valores devem ser transformados em **objetivos** a serem atingidos traçando-se, para cada um, uma estratégia particular” (FNN: 1988, grifos no original).”*

As vivências eram de tal forma enfatizadas como elemento de formação ideológica que no programa do Curso de FP2 (Formação Política 2), que veremos

mais adiante, originalmente, constava um momento de queima da bandeira americana, como parte integrante da aula de imperialismo, buscando um momento de “exercício ideológico” anti-imperialista, ou seja, forjando um sentimento “latino-americanista”, pela solidariedade ao Chile (no caso desta aula, cujo conteúdo era o golpe militar chileno de 1973) e de confronto ao imperialismo americano.

Esta preocupação com a formação ideológica se concretiza no conteúdo das aulas, que incorporam, nos cursos básicos, aulas de ética do militante político, mas também, e fundamentalmente, no que podemos chamar de “Currículo oculto”²³ dos cursos de formação, ou seja, nas posturas do professor e nas exigidas dos alunos, na “ambientação”, na valorização de certas atitudes, enfim, naquilo que não se coloca como “matéria” a ser estudada, mas que também concorre para a consecução dos objetivos almejados. Ainda como elemento da formação ideológica cabe ressaltar a aula do curso de formação para iniciantes, em que o texto base era o capítulo 1 do Manifesto Comunista de MARX e ENGELS, não porque fosse o melhor texto sobre o assunto da aula, mas porque era produção de MARX e ENGELS. Nesta mesma aula havia toda uma introdução com os aspectos históricos do texto e a audição e acompanhamento, pelos alunos, do Hino da Internacional Operária²⁴.

²³ Cf Thomas Tadeu da Silva: 1992, ainda que este trabalho esteja voltado para a análise da escola formal, é possível trabalhar com o conceito de “currículo oculto” no caso da formação política

²⁴ A “Internacional Operária” foi composta por Pierre Degeyter com letra do operário Eugenio Pottier, que a escreveu logo após a derrota da Comuna de Paris, em 1871, e se tornou um Hino dos anarquistas, socialistas e comunistas.

Também no Projeto Pedagógico encontraremos considerações sobre a importância de se atribuir tarefas formativas para os formandos, como método importante de auto-formação, sobre o não-doutrinarismo da formação e, principalmente, o conceito de formação para a ação, que remete o objetivo da formação política à ação na realidade, mas retira desta ação o teor de “teste da teoria” que a ela é atribuída na Educação Popular (FNN: 1988).

Afirma ainda o Projeto Pedagógico:

“A formação pluralista, crítica e criativa corresponde ao método de estimular o questionamento, mesmo quando determinado conhecimento foi elaborado por um grande teórico ou dirigente revolucionário e ainda que a vitória política deste ou daquele movimento tenha “confirmado” suas hipóteses.

...

Ao não trabalhar com a idéia de verdade, o método estimula a criatividade na medida em que procura colocar o formando na condição de elaborador, no seu nível, de hipóteses sobre diferentes aspectos da realidade social estudada.” (FNN: 1988)

Neste aspecto temos mais um apontamento de divergência com os conceitos formulados na Educação Popular, tal como temos trabalhado na presente pesquisa. Claramente é negada à prática, pela FNN, qualquer sobreposição à teoria, muito menos como teste desta, o que apontaria como a assertiva de “se ‘deu certo’ é porque a teoria estava certa, se ‘deu errado’ é porque a teoria estava errada”, o que, segundo os dirigentes da FNN, seria extremamente perigoso se aplicado à história. A FNN aponta, desta forma, a

possibilidade de questionamentos, por parte dos educandos, às teorias, o que coloca a necessidade de seu prévio conhecimento (uma vez que é preciso conhecer-se uma teoria para poder criticá-la), o que também é diferente de apontar para sua “descoberta” no processo educativo. Porém ao apontar para a criticidade, para a criatividade dos formandos, a FNN coloca também um limite à capacidade da teoria em abarcar o conjunto da realidade, servindo como “farol” à ação, como lhe apresenta a proposta de formação política desenvolvida pelos PCs no Brasil.

O Projeto Pedagógico da FNN se desdobra num programa de cursos no qual constavam quatro níveis e nove cursos:

<i>“Ao nível de iniciação:</i>	<i>FORMAÇÃO POLÍTICA 1 (FP1)</i>
<i>Ao nível básico:</i>	<i>FORMAÇÃO POLÍTICA 2 (FP2)</i>
	<i>FORMAÇÃO SINDICAL BÁSICA (FSB)</i>
<i>Ao nível intermediário:</i>	<i>FORMAÇÃO POLÍTICA 3 (FP3)</i>
	<i>TREINAMENTO DE MONITORES 1 (TM1)</i>
	<i>TREINAMENTO DE MONITORES 2 (TM2)</i>
<i>Ao nível Superior:</i>	<i>ESTÁGIO INTERNO 1 (EI1)</i>
	<i>ESTÁGIO INTERNO 2 (EI2)</i>
	<i>FORMAÇÃO POLÍTICA 4 (FP4)</i>

O acesso é livre, sem pré requisito, nos cursos básicos e de iniciação, bem como no curso de FORMAÇÃO POLÍTICA 4 (FP4), de nível superior avançado.

Em todos os demais cursos o acesso se dá com pré requisito e, portanto, com avaliação.

A porta de entrada para a estrutura de formação da FNN é o curso básico de formação política 2 (FP2).” (FNN,1988: p. 17)

Esta grade de cursos ilustra bem a tentativa, por parte das pessoas que criaram a Fundação Nativo da Natividade, em construir um projeto de “Escola de Formação”, com diferentes cursos e níveis, ainda que, nos anos estudados, não tenham sido realizados os cursos de nível superior e, no nível intermediário, os cursos realizados não tenham correspondido a este projeto. Foi realizado apenas um curso de formação política em nível intermediário que não correspondia ao projeto do FP3 e os dois cursos de formação de monitores realizados no período também não se referenciavam neste projeto original.

A formação sindical, na concepção deste programa de cursos, existia apenas em nível básico, ou seja, nos níveis mais avançados, concebia-se o formando como militante político, ainda que sua área de atuação estivesse voltada para a ação sindical, como o próprio Projeto Pedagógico explicita: “...este curso (*Formação Sindical Básica – FSB*) tem como objetivo despertar o interesse de militantes e dirigentes do movimento sindical pela formação política mais sistemática” (FNN, 1988: p. 18). No transcorrer do período analisado este curso único de Formação Sindical Básica foi repartido em três blocos para poder ser realizado em momentos diferentes, Formação Sindical 1 (FS1), Formação Sindical 2 (FS2) e Organização por Local de Trabalho (OLT).

A Fundação Natividade não tinha, em seu projeto original, a intenção de trabalhar com cursos sindicais de capacitação técnica, tais como os cursos de oratória, negociação, matemática sindical, administração sindical, entre outros, como era oferecido por alguns Centros de Apoio e Formação Sindical²⁵. No entanto, encontramos projetos e relatórios de cursos de Administração Sindical agenciados pela FNN. Apesar disto, a Fundação Natividade manteve como seu principal objetivo quanto à formação sindical, a formação política dos militantes sindicalistas.

A Formação Sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT), segue outro rumo. O período de 1983 a 1986, portanto do congresso de fundação até o segundo congresso, foi o período de implantação de uma política de formação na CUT. Participavam das atividades de formação pessoas que militavam na área em diversos sindicatos e sua atenção estava voltada para a necessidade de implantação da CUT e para a difusão de temas que levaram ao seu nascimento, assim, foram trabalhados em Seminários Regionais os seguintes temas: “- *Organização dos trabalhadores no local de trabalho; - o sindicato; - estrutura vertical por categoria; - convenção 87 da OIT, unidade e pluralismo; - princípios da estrutura vertical; - legislação sindical; - estatuto sindical; - enquadramento sindical; imposto sindical*” (FORMA E CONTEÚDO Nº 4: maio - 1994).

A partir de 1986, após o Segundo Congresso Nacional da CUT, assume a Secretaria de Formação, JORGE LORENZETTI, diretor da Associação Brasileira de Enfermagem e professor da Universidade Federal de Santa Catarina, que seria

²⁵ Algumas entidades como Reconstrução e a Escola Sete de Outubro atuavam principalmente nestes cursos de capacitação.

reeleito ainda nos congressos de 88 e 91. A maioria da direção da CUT nacional considerava, conforme documento da própria Secretaria de Formação de 1994, que *“Anunciava-se (em 1986) um novo momento e novos desafios para a Central, tais como: deixar de ser apenas uma referência de lutas para ser efetivamente a direção do movimento sindical brasileiro”* (FORMA E CONTEÚDO N 4: maio - 1994). Como reflexo desta compreensão sobre a Central, cabia à Secretaria de Formação organizar uma Política Nacional de Formação.

Em 1987, montou-se, na CUT Nacional, uma equipe mínima de trabalho, composta por dois assessores e um secretário. Cabe ressaltar do trabalho deste ano um curso de monitores, com o seguinte programa: *“- concepção e prática da metodologia da formação; - classes sociais e luta de classes; - história da luta de classes no Brasil; - estrutura sindical; - concepção e prática sindical.”* (Secretaria Nacional de Formação - CUT: 1988). O programa de atividades de formação para dirigentes sindicais em 1987 trabalhava com uma divisão entre os *“Eixos temáticos permanentes: ...discussões sobre sindicalismo, economia política básica, planejamento e administração sindical. (e) Eixos temáticos conjunturais: ...temas de acordo com a evolução da conjuntura e das prioridades políticas da CUT.”* (Secretaria Nacional de Formação - CUT: 1988). O texto da SNF-CUT ressaltava ainda que *“o tema ‘sindicalismo’ foi desenvolvido de duas formas: cursos regionais realizados pelos assessores da SNF-CUT e cursos a nível nacional realizados em convênio com o Instituto Cajamar”* (Secretaria Nacional de Formação - CUT: 1988). O Instituto Cajamar foi, segundo o relatório de atividade da SNF-CUT de 1987, a única escola de formação com quem realizou atividades. Os temas dos cursos giraram em torno dos eixos clássicos da formação política:

História da Sociedade, Classes e Luta de Classes, História do Movimento Sindical no Brasil, Estrutura Sindical, Concepção e Prática Sindical, Economia Política Básica, Estado e Ideologia.

Já no planejamento da SNF-CUT para 1988, é apontado como objetivo de longo prazo da Secretaria, “*desenvolver a perspectiva de construção de uma rede própria de instrumentos de formação da CUT (criação de departamentos ou secretarias nos sindicatos, escolas regionais, centros de estudo e pesquisa, etc)*” (Secretaria Nacional de Formação - CUT: 1988). Este objetivo, criar estruturas “orgânicas” de formação da própria Central, foi perseguido nas diferentes gestões estudadas neste período, apesar dos convênios firmados com o Instituto Cajamar, com a Escola Sete de Outubro, de Belo Horizonte, e com a Escola Quilombo dos Palmares. Além disto são introduzidos em 1988 os temas da Administração sindical, formação sobre tecnologia e automação, programas específicos sobre questão agrária e política agrícola, programa específico de formação para a mulher trabalhadora e de comunicação e expressão. São mantidos ainda cursos com os temas do ano anterior.

Conforme pode ser observado nos planos e relatórios da SNF-CUT entre os anos de 1987 e 1993, os cursos mais gerais de formação política foram sendo abandonados ou trocados. Em 1991 apenas os cursos do programa Concepção, Estrutura e Prática sindical da CUT, mantinham temas mais gerais como história do sindicalismo, debates acerca das tendências internas da central. Temas como Classes e luta de classes ou Estado e Ideologia são abandonados. O Programa do curso de Concepção, Estrutura e Prática Sindical - nível I, do Instituto Cajamar,

oferecido pela SNF-CUT para 1991, por exemplo, apresenta o seguinte conteúdo: “- *levantamento da prática sindical; - discussão sobre as diferentes experiências sindicais na CUT; - Concepções do movimento sindical; - Concepção sindical da CUT; - Estrutura Sindical; - História e Mudanças na Constituição; - Estrutura Sindical da CUT; - desafios para a implantação da proposta da CUT.*” (Secretaria Nacional de Formação - CUT: 1991) O plano de trabalho para 1991 da SNF-CUT contém, além do programa de Concepção, Estrutura e Prática Sindical da CUT ainda os programas de Negociação Coletiva; Planejamento e Administração Sindical; Processo de Trabalho e Organização Sindical de Base; Comunicação e Expressão Sindical; Formação para a direção nacional da CUT; Formação sobre a questão rural; Formação sobre a questão da mulher trabalhadora; Recursos Humanos, Pedagógicos e Metodologia no trabalho de formação cutista; apoio à estruturação das secretarias estaduais de formação da CUT e escolas; Cooperação e intercâmbio nacional e internacional. Ou seja, claramente perdem pesos os temas da formação política dos militantes sindicais e ganham peso os temas específicos como a questão rural e de gênero e os temas chamados de “capacitação”, mais técnicos, como administração sindical, negociação coletiva e comunicação e expressão.

A CUT, portanto, entre os anos de 1986 e 1993, altera a formação oferecida pela Central em cursos de capacitação para a ação sindical estrito senso, abandonando, paulatinamente, os temas mais gerais de formação política do militante sindical. A Fundação Nativo da Natividade, apesar de algumas incursões no campo da formação/capacitação sindical, mantém a linha de formação sindical como formação política do militante sindical.

Neste quadro, a Fundação Nativo da Natividade não chega a estabelecer convênio com a Secretaria Nacional de Formação - CUT, apesar de comparecer a algumas atividades desta secretaria e ter feito convênio com diversos sindicatos cutistas. Pelo que pudemos apurar estes convênios foram celebrados com sindicatos cuja maioria da diretoria tinha vínculos políticos com os setores do PT e da CUT que compunham a FNN. Foram também realizadas atividades junto com algumas CUTs estaduais.

Há, assim, um grande distanciamento, neste período, entre a proposta de formação sindical da FNN e a da Secretaria Nacional de Formação - CUT. Enquanto a primeira mantém um programa de formação sindical com temas da formação política e uma concepção do militante sindical como um militante político cuja atividade se dá no movimento sindical²⁶, a segunda desenvolve um projeto de formação sindical que privilegia os temas propriamente sindicais e questões específicas ou técnicas. Esta diferença de concepção da formação sindical e o alto grau de tensionamento nas relações internas da CUT, parecem que impediram um trabalho comum entre a FNN e Secretaria Nacional de Formação - CUT. Na verdade, o trabalho de formação sindical da Fundação foi, por assim dizer, paralelo ao da CUT, atingindo parcelas consideráveis de sindicalistas cutistas através dos vários cursos e seminários realizados nos sindicatos filiados à CUT, mas não estabelecendo contatos ou convênios com as estruturas da Central.

²⁶ Apesar das iniciativas em apresentar cursos de capacitação como Administração sindical e negociação coletiva, estes nunca geraram um programa ou linha de ação da Fundação.

A trajetória da relação entre a FNN e o PT é diversa da apresentada em relação à CUT. Se no documento de 1988 da SNFP-PT, conforme verificamos, é apresentada uma concepção de formação bastante próxima da Educação Popular, apesar das contradições, e é quase explícita a crítica da concepção da FNN sobre a ideologia ser o “motor” da ação revolucionário, os documentos posteriores e, principalmente, a tese apresentada pela Secretaria Nacional de Formação Política do PT ao Congresso de 1991, apresenta outras visões.

Quando da realização do 7º Encontro Nacional do PT, em 1990, já havia sido celebrado um convênio entre a FNN e a SNFP-PT (Secretaria Nacional de Formação Política do Partido dos Trabalhadores), que, na verdade, apenas registrava a Fundação como um instituto de formação apto a realizar cursos e atividades para a militância petista. Não envolvia qualquer participação financeira ou contribuição da FNN na estruturação e na ação da Secretaria. Para a Fundação esta “homologação” era importante para que esta conseguisse realizar cursos e atividades junto a diretórios municipais e estaduais do partido sem o mesmo paralelismo que ocorria em relação à CUT, e foi o que ocorreu, ou seja, a FNN desenvolvia e continuou desenvolvendo cursos e atividades de formação para diretórios municipais e para militantes e filiados petistas de maneira geral, mas sem maior participação, até este momento, na ação da SNFP-PT (Secretaria Nacional de Formação Política do Partido dos Trabalhadores). Apesar disto as resoluções do 7º Encontro Nacional do PT, quando abordam a questão da formação política, apontam que: “...A política de convênios com entidades como o Instituto Cajamar e, mais recentemente, com a Fundação Nativo da Natividade e

a Escola Quilombo dos Palmares foi importante instrumento de implantação deste programa (de formação no partido)...” (PT, 1998: p. 448)

Neste mesmo 7º Encontro Nacional foi eleito um novo Diretório Nacional do PT e na composição da Comissão Executiva, GILBERTO DE CARVALHO, Coordenador do Instituto Cajamar, ficou encarregado da Secretaria Nacional de Formação Política, substituindo WLADIMIR POMAR. A política empreendida por GILBERTO DE CARVALHO na SNFP-PT (Secretaria Nacional de Formação Política do Partido dos Trabalhadores) foi de abertura às contribuições de outros setores que não pertenciam à Articulação, tendência majoritária no PT.

Durante a gestão de GILBERTO DE CARVALHO à frente do SNFP-PT foi realizado ainda convênio desta secretaria com o Núcleo de Educação Popular 13 de Maio²⁷, cujas formulações se distanciavam muito das concepções da Educação Popular, com profunda valorização do conhecimento da teoria marxista para a ação revolucionária.

A participação no coletivo da Secretaria Nacional de Formação Política do PT de pessoas oriundas de outros projetos de formação política, principalmente da FNN e do NEP-13 de Maio, colocou o debate sobre a metodologia da formação política no patamar que admitia a possibilidade de outras formas de conceber a educação dos trabalhadores que não a Educação Popular.

²⁷ O Grupo 13 de Maio é uma Organização Não Governamental, cujas atividades estão voltadas para a Formação Política, criada na década de 80, a partir de uma divisão na FASE, outra ONG,

Como já ressaltamos em outro momento deste trabalho, a cultura da Educação Popular era de tal forma assimilada no PT que alguns de seus elementos, como a participação ativa dos alunos, o caráter não acadêmico da formação, o papel não dirigente do professor, a valorização da prática imediata dos formandos, eram encaradas como constitutivos de qualquer projeto libertador de formação. Esta visão era compartilhada inclusive por alguns membros da própria FNN, que participavam deste projeto de Escola de Formação por afinidade política e ideológica, mas nem sempre compartilhavam da dimensão pedagógica do projeto.

É ilustrativo, neste sentido, o posicionamento de dirigentes petistas que participavam, no PT, de uma corrente política que compunha a Fundação Nativo da Natividade, e que, durante um curso no Instituto Internacional de Amsterdã, em 1992, do qual participamos, criticaram muito a metodologia desta escola, baseada em aulas expositivas, leituras, debates em grupo e aula de fechamento com a última palavra do professor. Tais críticas eram sempre baseadas no acúmulo da Educação Popular, como a necessidade de maior participação dos alunos na aula, a valorização do saber trazido pelos alunos e técnicas pedagógicas mais participativas.

A participação de setores não vinculados à Educação Popular nos debates metodológicos da Secretaria Nacional de Formação Política do PT leva à construção, para o I Congresso do PT, em 1991, de um texto bastante diferente do de 1988.

A tese apresentada pelo Coletivo da Secretaria Nacional de Formação Política do PT para o I Congresso, após a introdução, apontamentos sobre a importância da formação política e uma recuperação da trajetória da própria secretaria, passa a apontar as idéias básicas de sua metodologia:

*“Em **primeiro lugar**, acreditamos que é preciso conhecer para transformar.*

...

*Em **segundo lugar**, consideramos a prática social historicamente acumulada como ponto de partida e de chegada do processo de conhecimento do trabalho de formação.*

...

Incorporamos também a experiência histórica e universal que demonstra que o conhecimento se desenvolve com a prática social, que nasce da necessidade do homem de transformar a realidade.” (Secretaria Nacional de Formação Política do Partido dos Trabalhadores: 1991, grifos no original)

É muito significativo que o documento da SNFP-PT inicie a exposição sobre como fazer formação política com a afirmação de que é preciso “*conhecer para transformar*”²⁸, colocando, assim, o conteúdo em destaque no processo de formação política, diferentemente de momentos anteriores em que havia maior valorização do método, dos mecanismos de participação dos formandos, enfim da prática imediata.

²⁸ “conhecer para transformar” é o epígrafe do material de propaganda do NEP-13 de maio.

Há ainda uma amenização na valorização da prática imediata dos formandos, trocada por formulações como “*prática social historicamente acumulada*”, de duvidosa compreensão, mas que servia para demarcar, ao mesmo tempo uma relação com a Educação Popular, ao valorizar a prática, mas também distanciar-se dela ao remeter à prática histórica e não imediata dos educando, a relação com a construção das teorias, do conhecimento. Apesar disto, mais adiante o texto afirma que “*Por isso a escolha dos temas que farão parte dos programas de formação deve partir da pesquisa dos problemas práticos enfrentados pela militância no movimento social como um todo e na atividade cotidiana ou setorial*” (Secretaria Nacional de Formação Política do Partido dos Trabalhadores: 1991). Temos assim uma nova busca de síntese que continua sendo uma sobreposição, na medida em que agrega posições diferentes, não necessariamente de forma articulada e nem sempre coerente, de posições diferentes em relação à metodologia da formação política.

Ainda buscando amenizar os conceitos utilizados anteriormente, o texto afirma que: “*Utilizamos ainda a prática social como critério para a comprovação do maior ou menor acerto das teorias existentes*” (Secretaria Nacional de Formação Política do Partido dos Trabalhadores: 1991), ao invés de “*a prática como critério de verdade*” (Secretaria Nacional de Formação Política do Partido dos Trabalhadores: 1988).

Temos nestas passagens bastante claro a busca do que o próprio documento da Secretaria Nacional de Formação Política do PT, de 1991 salienta:

“As concepções que orientam nossa prática enquanto formadores são – ou buscam ser – uma espécie de síntese crítica do que se fez em termos de formação política durante o final dos anos setenta e início dos anos oitenta.

Incorporamos principalmente a contribuição da chamada concepção metodológica dialética; tendo em vista também a necessidade de contar com as novas e velhas contribuições surgidas da educação formal, da educação sindical e das experiências de formação política desenvolvidas por outros setores da esquerda brasileira.”
(Secretaria Nacional de Formação Política do Partido dos Trabalhadores: 1991)

Fica aqui claro o objetivo desse documento, ser uma síntese crítica que, ancorada na Educação Popular, incorpore outras contribuições. Como já afirmamos, este documento mantém as características de ser mais uma sobreposição de posições diferentes do que uma síntese.

Mas é preciso verificar que neste novo documento, diferentemente do anterior, há o reconhecimento explícito de outras contribuições além da própria Educação Popular e a busca é pela síntese crítica e não pela negação, demonstrando uma alteração nos propósitos da Secretaria. Também em relação ao Instituto Cajamar, único instituto citado no texto de 1988, há uma nova visão, colocando-o, sem qualquer citação específica como uma das Escolas de Formação com as quais o PT manterá convênio (Secretaria Nacional de Formação Política do Partido dos Trabalhadores: 1991).

Este processo de abertura da formação política do PT para as contribuições da FNN e de outros centros de formação, diferentemente do

ocorrido na CUT, também se ampliou com a participação direta de dirigentes da FNN na direção do partido. RENATO SIMÕES, um dos membros da Coordenação Nacional da FNN, passa a ser o Secretário de Formação Política do Diretório Estadual de São Paulo do PT em 1989, JOÃO MACHADO, membro do Conselho Deliberativo da FNN sucede a GILBERTO DE CARVALHO na Secretaria Nacional de Formação Política do PT, em 1993, são exemplos importantes desta participação.

Em sua atividade formativa, durante os anos de 1988 a 1991, a FNN desenvolveu cursos de Formação Política Básica, de Formação Sindical e de Treinamento de Monitores em diversos pontos do país. Não foram encontrados, nos arquivos da FNN relatórios conclusivos do período estudado, mas alguns dados encontrados, como um relatório de cursos elaborado em 1990, informes enviados pela coordenação nacional ao conselho deliberativo de 1990 e 1991 nos permitem as observações que se seguem.

Apesar da Fundação Nativo da Natividade ter nascido com um grande projeto de construção de uma Escola de Formação com presença nacional, um programa de cursos, pesquisa e publicações, efetivamente ela foi capaz de desenvolver apenas os cursos básicos, tendo realizado apenas um curso de nível intermediária que não constava em seu projeto original.

Houve ainda a criação de outros cursos que não existiam no início para atender a certas demandas. Foram criados os cursos de Iniciação à Formação Política (IFP), Formação Sindical 1 e 2 (FS1 e FS2), Organização por Local de Trabalho (OLT), um Treinamento de Monitores para cursos Sindicais (TMS), um

Treinamento de Monitores da IFP (TIP) e diversos cursos curtos e específicos que atendiam demandas específicas, como mulheres, relação partido-sindicato e organização no campo.

Para atingir o país o projeto da FNN previa a existência de Agências Regionais em São Paulo (Sudeste), Goiânia (Centro Oeste), Fortaleza (Nordeste) e Porto Alegre (Sul). No entanto a falta de estrutura financeira e de acompanhamento político pedagógico fez com que, na prática, as agências não existissem. A estrutura real contava com um escritório em São Paulo, que respondia pelo trabalho em nível nacional, e núcleos compostos por alguns formadores e monitores que reproduziam, nas regiões, os cursos básicos da FNN. Houve núcleos de duração variável e, geralmente, custeados através de convênios com sindicatos locais, em Porto Alegre, Curitiba, Campinas, Ribeirão Preto, Salvador, Fortaleza, João Pessoa, Belo Horizonte, Vitória e Rio de Janeiro.

Os cursos realizados pela equipe de São Paulo, única com material arquivado pela FNN, também se espalham em nível nacional. Não foram encontrados registros sobre as atividades dos núcleos.

Os cursos em nível superior nunca foram realizados, assim como também sua grade curricular nunca foi suficientemente desenvolvida. Não houve também nenhuma avaliação qualitativa da eficácia do trabalho desenvolvido nestes anos. Aliás, este tipo de avaliação também não foi encontrado nos documentos da Secretaria Nacional de Formação Política do Partido dos Trabalhadores ou da Secretaria Nacional de Formação da Central Única dos Trabalhadores, talvez pelas dificuldades em avaliar as alterações na capacitação ou nos

comportamentos dos participantes das atividades de formação e, principalmente, determinar o papel específico que os programas de formação exerceram nestas alterações, uma vez que a participação das pessoas em atividades dos mais diversos tipos, como reuniões, plenárias e momentos de luta têm destacada importância na formação política.

O ano de 1991 marca a crise política, de diferenciação interna, da Fundação Nativo da Natividade. Já desde o ano anterior aparecem divergências entre as correntes constitutivas da FNN, seja no plano teórico, em que alguns setores, levados pela crise do leste e da luta pelo socialismo no mundo começam a aplicar em sua visão da realidade brasileira uma leitura de GRAMSCI como um reformador, assim como no plano da disputa no PT, quando no 1º Congresso estes setores apresentam teses bastante diferenciadas entre si.

Setores que na década de 80 se encontravam à esquerda no espectro petista, deslocaram-se, no início dos anos 90, para a direita, renegando suas formulações e refazendo-se teoricamente. Talvez os casos mais sintomáticos sejam o do PRC (Partido Revolucionário Comunista) e da Vertente Socialista.

O PRC, que contava entre seus membros com ALDO FORNAZIERI, membro da Coordenação Nacional da FNN e, como uma de suas principais expressões públicas, o deputado JOSÉ GENOINO NETO, também membro do Conselho Deliberativo da FNN, foi criado em 1984, a partir de uma racha do PCdoB, afirmando que:

“...a Revolução no Brasil terá como objetivo a expropriação de todos os monopólios e sua transformação

em propriedades sociais; a ruptura da dependência com o imperialismo, com o não pagamento da dívida externa, expropriação das grandes fazendas e sua transformação em propriedades coletivas e a distribuição de terras aos camponeses. Tais são as tarefas da revolução socialista brasileira.” (SILVA: s/d)

Em seu II congresso, realizado em 85, o PRC reafirma que “*a única revolução possível nesta sociedade (Brasil) é a revolução socialista*” (SILVA: s/d) e assim define o PT:

“o único partido não integrado à transição burguesa e à política de ‘conciliação nacional’ e com possibilidades de evoluir num sentido democrático radical... (mas) o PRC não alimenta falsas expectativas em relação ao papel estratégico revolucionário do PT. Trata-se de uma organização político-frentista hegemônica por posições reformistas, aprisionadas nos marcos da ideologia burguesa dominante na sociedade e com a qual só uma ideologia revolucionária pode romper. Não esperamos, tampouco, que o PT venha a se transformar em um partido revolucionário marxista-leninista, pois as premissas ideológicas deste último são totalmente diferentes”. (SILVA: s/d)

O PRC se considerava, portanto, em 1986, uma *organização “marxista-leninista”,* ou melhor “*...uma organização política revolucionária clandestina, com existência própria, autônoma, que define a atuação partidária-legal de seus militantes no PT, como filiados individuais*”. (SILVA: s/d)

A Vertente Socialista, teve como um de seus principais formuladores AUGUSTO DE FRANCO, coordenador nacional da FNN e que teve uma trajetória também muito ilustrativa. Com relações marcantes com o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário) no início da década de 80, AUGUSTO DE FRANCO escreveu em 1985 *“Autonomia e partido revolucionário”*, defendendo a necessidade da construção do partido revolucionário de vanguarda como elemento central da possibilidade de se fazer a revolução socialista no país. Afirma neste texto:

“Como sistematizador teórico-político da luta de classes, cabe ao partido (re)construir a teoria revolucionária aplicável às particularidades da situação histórica concreta do país, (re)ligando-a à corrente constituída pela tradição das lutas populares e revolucionárias nos planos nacional e internacional. Recuperar esta tradição, construindo um fio de continuidade sobre uma realidade aparentemente descontínua, requer trabalho de elaboração que não pode ser realizado pelas organizações do movimento uma vez que exige planejamento centralizado, metodologia científica, conhecimentos históricos e domínio da crítica e da teoria marxista” (FRANCO: 1985).

Em 1990 estes setores iniciam um processo de revisão teórica, com bases gramscianas, tornado, por eles, um reformista. AUGUSTO DE FRANCO publica em 1991 o livro *“O novo socialismo utópico”*, no qual faz críticas ao marxismo e ressalta *“A falência do socialismo científico, exigindo que se faça agora o movimento inverso, rumo ao socialismo utópico, recoloca o papel da subjetividade,*

enfatizando os sujeitos e os destinatários da transformação socialista” (FRANCO: 1991).

Já no I Congresso do PT, em 1991, a Vertente Socialista e a Nova Esquerda (ex-PRC – Partido Revolucionário Comunista) apresentaram uma tese conjunta, intitulada *“Um projeto para o Brasil”*, com posições bastante distintas destas anteriores. Um dos elementos desta mudança, como destaca a própria tese é a *“nova realidade do mundo”*, com *“A derrocada do campo socialista, pondo fim à guerra fria, e a internacionalização da economia, da política da informação e da comunicação provocada pela revolução científico-tecnológica (que) abrem uma época histórica no mundo”* (PT, 1991: p. 49).

A tese destaca que a partir desta *“nova realidade mundial”*, haveria a necessidade de reformulação de conceitos e perspectivas da esquerda. Dentre estas mudanças, destaca-se o papel da democracia, elevada à categoria de *“valor universal”*, retirando, portanto, as adjetivações utilizadas anteriormente, como *“democracia burguesa”* e *“democracia operária”*, neste sentido a tese afirma: *“para nós a democracia é a um só tempo meio e fim, instrumento de transformação e meta a ser alcançada”* (PT, 1991: p. 50). Renegam, ainda, a idéia amplamente defendida anteriormente da necessidade de um período, após a revolução socialista, da *“ditadura do proletariado”*, explicitamente condenada, assim como a caracterização do socialismo como período que antecederia o comunismo. Em termos de organização partidária e da perspectiva científica do socialismo, o texto afirma: que *“Os que se empenharem para conquistá-lo (o socialismo) o farão apenas enquanto agirem como seres livres que busquem,*

numa ação consciente, realizar a sua própria vontade, e não como escravos de uma suposta necessidade histórica concretizada em um 'partido de vanguarda'": (PT, 1991: p. 51)

Estas revisões profundas, que setores integrantes do projeto de criação de uma Escola de Formação, como a Fundação Nativo da Natividade, empreendem, têm reflexos sobre as alianças internas ao partido e à central sindical, que estes setores mantinham.

Também na CUT as correntes e segmentos que construíam a FNN tinham uma militância comum na "Cut pela base",²⁹ como tendência interna. Os novos posicionamentos de alguns setores, particularmente o PRC (já então denominado Nova Esquerda) e a Vertente Socialista, levam à ruptura desta tendência, que no congresso de CUT, de 1991 ainda se apresentou unificada, mas com as divergência internas aumentando muito, o que inviabiliza uma ação comum no interior da central sindical.

No PT este distanciamento também se verifica já no I Congresso, em 1991, quando as posições apresentadas acima, levam os setores que as apresentaram a compor novo bloco interno ao partido, tanto que a tese da qual tratamos, "*Um Projeto para o Brasil*", é assinada também por diversas pessoas da tendência interna Articulação, então majoritária no partido, assinalando um novo alinhamento interno.

²⁹ A CUT pela Base nasceu no Congresso da CUT de 1986, aglutinava militantes sindicais independentes e algumas correntes cutistas, entre as principais estavam a DS (Democracia Socialista), a Vertente Socialista e a Nova Esquerda (ex-PRC). A CUT pela base surge questionando elementos da política da tendência Articulação, majoritária também na CUT, principalmente nos aspectos da democracia interna da Central e da linha de "independência de classe".

Estes novos alinhamentos retiram do projeto da FNN o caráter de Escola de Formação que tinha como um dos seus objetivos, cavar espaço na área de formação política, para setores minoritários do PT e da CUT que estavam, até então alijados das Secretarias de Formação e do Instituto Cajamar, que agia, como vimos, como um centro de formação do partido e da central sindical. Os novos alinhamentos colocam alguns setores que criaram e mantinham a FNN no mesmo campo político de outros que criaram e mantinham o INCA (Instituto Cajamar).

Diante desta crise de papel e de perspectivas, a FNN realiza uma série de debates no âmbito de sua coordenação nacional e do Conselho Deliberativo. Alguns posicionamentos neste debate são bastante significativos para a compreensão do tamanho desta crise e de seu desfecho.

Em meados de 1991, a Coordenação Nacional da FNN decide-se pela necessidade, frente à crise, da realização de uma reunião do Conselho Deliberativo em agosto daquele ano e envia a seus membros os textos com propostas de mudanças e de continuidade do projeto da FNN.

AUGUSTO DE FRANCO, de cujas mãos havia saído o projeto originário da FNN, apresenta, em abril de 1991, uma página com sugestões de mudanças na FNN e, em junho do mesmo ano, mais uma página com *“Cinco propostas para possibilitar a continuidade da FNN”*. É inicialmente significativo que o coordenador da Fundação, que havia sido também um de seus principais mentores e que tinha grandes qualidades como escritor, apresente apenas uma página em cada uma

de suas contribuições, o que demonstra o baixo nível de comprometimento dele com a própria Fundação, naquele momento.

Em sua primeira contribuição AUGUSTO DE FRANCO aponta para a necessidade de rever os cursos básicos e intermediários, reorganizando-os a partir dos “debates atuais”, não explicitando exatamente do que se trata, apresentando apenas algumas sugestões de autores e temas. FRANCO encerra suas sugestões dizendo que poderão ser melhor compreendidas a partir da leitura de seu livro “*O novo socialismo utópico*”, que seria lançado em breve. (DOCUMENTO 3 – FNN: 1991)

Em seu segundo documento, também distribuído ao Conselho Deliberativo, AUGUSTO DE FRANCO aponta suas propostas para possibilitar a continuidade da FNN e no preâmbulo afirma que suas propostas visam “conter gastos, aumentar a eficiência administrativa e na prestação de serviços, e redefinir o campo de concordância que possibilita a existência da Fundação Nativo da Natividade” (DOCUMENTO 4 – FNN: 1991). Além disto as sugestões apontam para a atualização dos temas, passando pela eliminação do “*Núcleo Básico de Conteúdo*”, apontando para a configuração da FNN como uma “*agência cultural pluralista*” (DOCUMENTO 4 – FNN: 1991).

Enfim, as diversas propostas de AUGUSTO DE FRANCO apenas assinalam que o acordo político em torno do projeto de formação da Fundação havia se extinguido e que sua manutenção seria possível apenas se transformada em algo muito mais amplo e genérico e não como uma Escola de Formação com

projeto político e pedagógico definido; nas suas palavras, deveria ser uma “agência cultural”.

Outros setores da FNN buscavam sua manutenção como Escola de Formação de esquerda, com projeto político e pedagógico diferenciado e cujas tarefas, seja na área da formação com sua metodologia e projetos específicos, seja no campo da luta política dentro da PT e da CUT, ainda estavam na ordem do dia.

AMÉRICO BERNARDES, membro da tendência Democracia Socialista e da coordenação nacional da FNN desde sua criação”, assim se posicionava em relação à crise citada, no documento “*Da Fundação e sua continuidade*”:

“Nosso projeto de formação política nasce a partir da interação entre grupos de caráter basicamente sindical, tendências partidárias e indivíduos, que compunham naquele momento um campo de posições semelhantes no interior do PT e da CUT....

...

Desde o início deixamos claro que não nos constituíamos como oposição a qualquer centro de formação existente. ...Apesar de não nos constituirmos como um centro que se opunha a outros, nossa linha metodológica era flagrantemente oposta a outras aplicadas...” (DOCUMENTO 5 – FNN: 1991).

Em seguida AMÉRICO BERNARDES descreve o que considerava os acertos da FNN em sua prática formativa, os problemas da CUT e sua estrutura

de formação voltada para aspectos técnicos para, ao final, concluir pela necessidade de manutenção da Fundação, melhorando seu desempenho, sugerindo que era preciso *“superar o nosso núcleo básico de conteúdo, mas superá-lo no sentido dialético da palavra, repo-lo à realidade incorporando as novas situações e desafios vividos pelo movimento social”* (DOCUMENTO 5 – FNN: 1991).

RENATO SIMÕES, outro membro da coordenação nacional da FNN, cujas origens remontam as comunidades de base da Igreja Católica, em seu documento *“Propostas para a consolidação e o avanço do projeto da FNN”*, assim define a situação:

“A proposta de extinção da FNN e de outras entidades de formação política levada a cabo por companheiros que assinalam a crise da formação no campo da esquerda é a meu ver equivocada e precipitada.

É evidente que existe uma crise de modelos, conteúdos e métodos tradicionalmente utilizados pelas esquerdas brasileiras naquilo que se convencionou chamar de formação política. Faliu a tradição autoritária, dogmática e dogmatizadora, de transformação cartilhesca de verdades definitivas em conteúdos facilmente assimiláveis por sua insipidez e pasteurização, em métodos que fundiam o cinismo pedagógico com dinâmicas de grupo pretensamente participativas.

Aliás, é justamente em cima desta análise que se constituiu e tomou corpo o projeto pedagógico da FNN. A meu ver estas considerações permanecem atuais e válidas, e sua contribuição para a crise desta tradição deve ser

considerada. O projeto pedagógico da FNN, pluralista, democrático, fundação na rejeição da existência de uma ‘verdade revelada’ a ser inculcada por métodos participativos nos ‘alunos’, afirmativo de uma relação dialética entre teoria e prática sem subordinação entre os dois pólos, tem em seu seio elementos fundamentais para o debate de alternativas à crise de formação política que vivemos” (DOCUMENTO 6 – FNN: 1991).

Como é possível contatar ambos se posicionam pela atualidade, naquele momento, dos elementos constitutivos da Fundação e criticam as posturas revisionistas de outros membros da coordenação nacional. Renato Simões diz que *“O niilismo que se apodera de certos setores frente a esta (da formação política) e outras crises instaladas na esquerda brasileira não tem conseguido apontar, no entanto, outras alternativas que o simplismo do ‘fecha tudo para balanço”* (DOCUMENTO 6 – FNN: 1991). Neste documento RENATO SIMÕES reconhece que parte do acúmulo que permitiu a criação da FNN vinha da ação conjunta na luta interna na CUT e no PT dos setores que a formaram, ressalta a importância e as contribuições da Fundação desde sua criação, principalmente, em relação à Secretaria Nacional de Formação Política do PT, e defende a manutenção, ainda que com revisões, de um *“Núcleo Básico de Conteúdo”*.

Enfim estes setores, representados em nossa análise pelos documentos de AMÉRICO BERNARDES e RENATO SIMÕES, mas que representavam também as posições de SEBASTIÃO NETO, o outro membro da Coordenação Nacional, propunham a manutenção da FNN por verem atualidade em seu projeto político e

pedagógico, ou seja, ainda se configurava tal instituição como tendo um papel a cumprir, oferecendo um tipo específico de formação política.

Ainda em 1991 os textos analisados acima foram fundidos e enviados para o Conselho Deliberativo que se reuniu em dezembro de 1991. Nesta reunião novas pessoas são incorporadas ao Conselho, outras são retiradas, nova coordenação é eleita, sem a participação dos setores cujas críticas ao projeto haviam aumentado. Enfraquecida pela ausência de setores importantes em sua criação a FNN transfere sua sede para Campinas, no interior de São Paulo, para ficar mais perto de suas fontes financiadoras (alguns sindicatos da Região de Campinas) e seus cursos e ações perdem muito em termos nacionais. A Fundação passa a atender uma demanda sindical e local por formação e o debate sobre a metodologia da formação política prossegue apenas no Partido dos Trabalhadores.

Enfim, após a crise de 1991, quando setores importantes constitutivos da Fundação questionam seu projeto político e pedagógico e se retiram, na prática, do Instituto, este perde força e razão de ser. Mesmo porque a configuração de alianças no interior do PT e da CUT, que havia tido papel importante em sua formação, havia se alterado. Na nova configuração de alianças internas do PT, principalmente, as funções, na luta política, do INCA e da FNN deixaram de ser representativas. A FNN passa a realizar cursos e atividades mais circunscritos à região de Campinas, deixando de ser referência no debate pedagógico de esquerda, no âmbito nacional.

No entanto frutos da experiência e do projeto da Fundação Nativo da Natividade estavam já colocados, principalmente no debate acerca do papel e da metodologia da Formação Política. No interior do movimento sindical, vários sindicatos e organizações regionais de trabalhadores adotaram planos de Formação Sindical baseados no projeto da FNN. No Partido dos Trabalhadores foi mantida a discussão sobre a melhor forma de desenvolver seu programa de formação e as idéias que levaram à criação da Fundação nativo da Natividade continuaram sendo defendidas por lideranças que, a partir da participação no debate interno da FNN, tornaram-se referências nacionais na área da Formação Política.

Capítulo III

A FUNDAÇÃO NATIVO DA NATIVIDADE E A FORMAÇÃO POLÍTICA NOS MOVIMENTOS SOCIAIS E PARTIDÁRIO NOS ANOS 90: CONFLITOS, CONTRADIÇÕES E PERSPECTIVAS DE UMA INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA.

A década de noventa apresenta características muito diferentes da década anterior. Alguns elementos, como a chamada “*Terceira Revolução Industrial*”³⁰, o fim dos regimes do leste europeu e a queda do muro de Berlim, as mudanças na forma de organização do trabalho fabril e o neoliberalismo, ocasionaram mudanças significativas no mundo do trabalho e nas formas de organização dos trabalhadores, principalmente nos sindicatos, mas também nos partidos.

Procuraremos, neste capítulo, verificar estas mudanças no Brasil, suas conseqüências, principalmente na CUT e no PT, enquanto organizações de trabalhadores que estamos estudando, para verificar que contribuições o projeto e as propostas de formação política e sindical da Fundação Nativo da Natividade, apesar de sua crise e do encerramento de suas atividades no começo dos anos 90, permanecem atuais.

Dentre as transformações deste período, é preciso destacar a chamada “*Terceira Revolução Industrial*” e a forma encontrada para a implantação, no Brasil, das idéias neoliberais.

Como bem definiu JACOB GORENDER:

³⁰ ADAM SCHAFF (1990) trabalha com o conceito de “Segunda Revolução Industrial”, considerando a primeira como sendo a introdução da máquina a vapor em fins do século XVII, optamos por utilizar o conceito de “Terceira Revolução Industrial”, utilizado por outros autores, como WILSON CANO, que considera a introdução do motor a combustão, do fordismo/toyotismo uma Segunda Revolução Industrial, alavancada pela indústria automobilística, enquanto na primeira tal papel teria sido da indústria têxtil.

“Uma mutação tecnológica ganhou força a partir dos anos setenta. Tem sido definida como terceira revolução tecnológica, ou revolução informacional, para distingui-la das revoluções industriais precedentes. Isto porque as inovações de maior alcance se verificam através da computação, da micro eletrônica e da robótica, que compõe o campo da informática” (GORENDER: 1996).

A intensa aplicação das novas tecnologias, seja no cotidiano da vida das pessoas, obrigadas a conviver com computadores, ainda que apenas no dia das eleições, como também, e principalmente, na produção e nos serviços alterou a vida e o trabalho das pessoas. Com a aplicação de computadores e robôs as empresas conseguiram diminuir, e muito, o número de trabalhadores empregados.

Algumas profissões deixaram de existir, num intervalo de menos de 10 anos, como a de torneiro mecânico, do ramo metalúrgico, substituído pelos modernos CNCs³¹. No ramo bancário, os cortes de pessoal foram imensos, através da utilização intensa de computadores e outros mecanismos de ajuste.

Foi criado, desta forma, o chamado desemprego estrutural, uma vez que é fruto da supressão permanente de postos de trabalho, devido à utilização intensa de computadores e robôs. Este tipo de desemprego é diferente do desemprego conjuntural, ocasionado por recessão, ou diminuição temporária das vendas ou qualquer outro problema cuja superação resulta na retomada dos empregos, também é diferente do desemprego ocasionado pela rotatividade de mão de obra, pela qual as empresas demitem trabalhadores que se mostraram inadequados, contratando outro para substituí-lo na mesma função (e muitas vezes com salário

³¹ Controle Numérico Computadorizado

menor) e o trabalhador demitido também volta ao mercado, em geral na mesma função, passando, portanto, um período apenas desempregado.

Assim, o capitalismo cria um enorme contingente de *“pessoas estruturalmente desempregadas... (isto é, pessoas que não estão desempregados em consequência de uma conjuntura desfavorável, mas o estão em consequência de mudanças da estrutura de ocupação, através da substituição do trabalho humano tradicional pelos autômatos)”* (SCHAFF, 1990: p. 29).

SCHAFF (1990) acredita, inclusive, que este processo vise a eliminação total do trabalho humano, substituindo-o por autômatos. Este autor, apesar de apresentar uma visão sobre as potencialidades das novas tecnologias que poderíamos classificar como “otimistas” e de ressaltar a diferença de ritmo da implantação destas nos países do Primeiro Mundo e nos diferentes países do Terceiro Mundo, também descreve com preocupações o problema da empregabilidade, tanto do ponto vista da capacidade de sustento financeiro dos trabalhadores, como da subjetividade da necessidade de ocupação das pessoas.

Além dos avanços tecnológicos, impulsionado e viabilizado pelos mesmos, teremos, nestes anos 90, o crescimento do peso e da importância dos bancos e do capital financeiro, especulativo, *“que chega a assumir um papel hegemônico no processo de acumulação de capital”* (GORENDER: 1996). O capital financeiro gira 24 horas por dia, nos cassinos das bolsas de valores, espalhadas ao redor do mundo. É a mundialização do capital financeiro, que não conhece fronteiras e subjuga Estados Nacionais, dada a sua monstruosa capacidade e enorme volume. Alguns Fundos de Investimento têm capacidade de movimentação financeira maior que certos países e concentram, assim, tal capacidade

econômica que podem competir com governos e até mesmo derrotar as políticas econômicas que não lhes favoreçam.

Com este movimento e também impulsionado pelos espetaculares avanços tecnológicos deste período, o capital industrial/produtivo, assim como o comercial implementaram uma onda de fusões, compra e venda de empresas e *joint-ventures*, na busca de maior eficiência e produtividade (CANO: 1995). A competição globalizada e a busca de maiores lucros levam muitas empresas a buscar estes mecanismos de conquista de mercados e, principalmente, de produtividade.

Paralelamente o capital produtivo buscou produtividade e eficiência com diversos mecanismos relacionados à força de trabalho. Implementou-se a flexibilização do trabalho, seja em termos tecnológicos, seja *“à custa de menores salários, maior rotatividade de mão de obra, trabalho feminino substituindo trabalho masculino, ressurgimento de trabalho domiciliar autônomo, substituindo antigos empregados”* (CANO: 1995).

A flexibilização do trabalho, nestes termos, além de aumentar o desemprego, principalmente masculino, contribui sobremaneira com a diminuição dos salários e a precarização dos empregos, com mecanismos como a terceirização e, no Brasil, com a utilização de cooperativas fantasmas, que na verdade travestem uma exploração brutal da mão de obra, através de instrumentos legais, pelos quais os trabalhadores formam cooperativas que prestam serviços para o empresário, de modo que os trabalhadores, não sendo funcionários das empresas, mas sim cooperados, portanto sócios, de uma cooperativa prestadora de serviços, não são atingidos pela legislação trabalhista.

Descrevendo esta situação ROBERT KURZ acentua:

“As palavras de ordem do novo sistema de emprego, um sistema disperso e confuso, são ‘flexibilização’ e ‘subemprego múltiplo’... Antigos carpinteiros, cozinheiras, desenhistas técnicos, cabeleireiros, costureiras ou enfermeiros também se transformaram em subempregados de função múltipla e sem emprego fixo” (KURZ: 1999)

Para além dos mecanismos anteriormente citados, foram introduzidas mudanças nas formas de organização da produção, com a substituição do taylorismo³²/fordismo³³ e a adoção do chamado “toyotismo”³⁴. Em outras palavras:

“Ao invés do cronômetro taylorista e da produção em série fordista, movidos por enormes contingentes operários, avança-se, com o Japão na dianteira, para novos padrões de produção e de gestão da força de trabalho. A experiência dos círculos de controle de qualidade (CCQs) esparrama-se por todo o Japão, ensaiando experimentos no Ocidente avançado e no Terceiro Mundo industrializado. Substituem o despotismo taylorista pelo estranhamento de trabalho levado ao limite. É a apropriação do fazer e do saber do trabalho ” (ANTUNES, 1995: p.69).

Tais mudanças constituem-se, assim, na introdução de “*dinamismo e participação da classe trabalhadora*” (SANDRI, 1994: p. 22).

“A subsunção do ideário do trabalhador àquele vinculado pelo capital, a sujeição do ser que trabalha ao ‘espírito’ Toyota, à ‘família’ Toyota, é de maior intensidade, e qualitativamente distinta daquela da era do fordismo. Esta era movida centralmente por uma lógica mais despótica; aquela, a do toyotismo, é mais consensual, mais

³² Chama-se taylorismo à doutrina de administração científica da força de trabalho sistematizada, no final do século passado e início deste por Frederik W. Taylor. “Os princípios básicos do taylorismo são: organização científica do trabalho, seleção e treinamento científico dos trabalhadores, organização científica dos trabalhadores para execução do processo de trabalho e atribuição científica do trabalho intelectual à gerência e do manual ao trabalhador” (SANDRI, 1994: P. 18).

³³ Por fordismo compreende-se a “introdução da esteira móvel na linha de montagem. A linha de montagem permite um maior controle sobre os tempos e ritmos de produção, diminui o papel repressor das chefias imediatas...” (SANDRI, 1994, p. 20), leva este nome por ter sido desenvolvida por Henry Ford.

³⁴ O toyotismo leva este nome por ser um método de organização da produção desenvolvido inicialmente na fábrica Toyota, no Japão, a partir de 1955 (SANDRI, 1994: p.23).

envolvente, mais participativa, em verdade mais manipulatória (ANTUNES, 1995b: p. 34, grifos do autor)

Essas mudanças chegam às fábricas na forma de

“Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), os Grupos Semi Autônomos (GSA), o Controle Estatístico de Processo (CEP), a Gestão Participativa, as Lhas de Produção, a Polivalência, o Controle Total de Qualidade (TQC), e na dimensão técnica avança a automação, a robotização, o Controle Numérico Computadorizado (CNC), o sistema de flexibilidade e a troca rápida de ferramentas (SMED – Single Minute Exchange Die), a modularidade da produção, os Controladores Programáveis” (SANDRI, 1995: p. 26).

A expansão do toyotismo pelo mundo, a partir do Japão, corresponde à busca, por parte das empresas, de maiores lucros e são, portanto, introduzidos em diferentes países, inclusive o Brasil, juntamente com as demais mudanças tecnológicas, oriundas da Terceira Revolução Industrial, e políticas, derivadas do ideário neoliberal.

Mudanças como estas, na vida mesmo do *“ser-que-vive-do-seu-trabalho”*, para utilizar o conceito de RICARDO ANTUNES, trarão mudanças significativas na forma de organização e na capacidade mesmo da ação dos sindicatos, tema que retomaremos a seguir.

Teremos ainda, nos anos 90, as pressões das agências financiadoras internacionais pela aplicação, no país, do ideário “neoliberal”³⁵, definido pelo professor WILSON CANO como uma nova ideologia que buscará “*dar sustentabilidade econômica e política para a conversão dessas imensas massas de ativos financeiros*” (CANO, 1995: p. 195).

Assim se iniciam as ações em função desta ideologia: as privatizações, a ruptura dos monopólios públicos em setores estratégicos, como energia, transportes e telecomunicações (ainda que várias empresas estatais latino americanas tenham sido adquiridas por estatais européias), reconcentração privada do capital na busca de eficiência e competitividade compatíveis com a “globalização”, além de abertura comercial, desregulamentação e flexibilização do trabalho (CANO: 1995).

Pensado teoricamente a partir da final da II Grande Guerra, o Neoliberalismo ganha terreno a partir da crise econômica de 1973 e sua aplicação vai começar a partir do final da década de 70, com a posse de MARGARETH THATCHER no governo britânico, em 1979, e de RONALD REAGAN na Presidência dos Estados Unidos, em 1980 (ANDERSON: 1998).

CANO (1995), assim define o neoliberalismo:

“O discurso e a política neoliberal poderiam ser resumidos nos seguintes pontos:

- 1. insistem na inevitabilidade de se fazer um forte ajuste ortodoxo macroeconômico na economia nacional, para eliminação do déficit público, o enxugamento do Estado e um acordo com credores*

³⁵ “O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é *O Caminho da Servidão*, de Frederico Hayek, escrito já em 1944 (ANDERSON, 1998: p 9).

internacionais, referendados naturalmente pelos dois 'pilares' do capitalismo internacional, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial;

- 2. pregam a liberalização e 'flexibilização' das relações trabalho-capital, acabando portanto com alguns 'privilégios' ou com a política salarial até então determinada pelos estados nacionais;*
- 3. postulam a rápida liberalização de nosso comércio exterior, notadamente de nossas importações, para que as estruturas produtivas internas possam competir 'livremente' no mercado internacional com as dos países mais avançados;*
- 4. afirmam ser possível tornar a economia nacional moderna, em prazo não longo, com o que passaríamos a integrar o chamado 'Primeiro Mundo';*
- 5. acrescentam, ainda, a privatização como parte do enxugamento do Estado, devendo este se restringir ao mínimo indispensável ao funcionamento da sociedade capitalista, desfazendo-se de suas empresas produtivas e reduzindo a regulação sobre a economia".*

Podemos somar a este levantamento, como parte da política neoliberal, um ataque brutal às organizações dos trabalhadores, na medida em que estas são instrumentos de defesa do que o neoliberalismo chama de "entraves" ao desenvolvimento, ou "privilégios" corporativos. Assim as ações das entidades populares, principalmente os sindicatos, sofrerão restrições e ataques por parte dos governos e dos empresários. Marcas desta disposição dos governos de cortes neoliberal podem ser vistas nas atitudes do governo THATCHER, na Inglaterra, em relação à longa greve dos mineiros no início de seu governo, bem como na do governo FERNANDO HENRIQUE, no Brasil, em relação à greve dos petroleiros, também no início de seu governo.

Na América Latina, apesar das experiências do Chile e da Bolívia durante os anos 80, podemos considerar que:

“a virada continental em direção ao neoliberalismo não começou antes da presidência de Salinas, no México, em 88, seguida da chegada ao poder de Menem, na Argentina, em 89, da segunda presidência de Carlos Andrés Pérez, no mesmo ano, na Venezuela, e da eleição de Fujimori, no Peru, em 90” (ANDERSON: 1998).

A imposição do neoliberalismo terá novo impulso no continente americano, bem como no mundo todo, a partir da reunião nos Estados Unidos que redundou na criação do chamado “*Consenso de Washington*”, em 1989.

No Brasil estes diversos elementos, quais sejam, a Terceira Revolução Industrial, as novas formas de organização da produção baseadas nas experiências do toyotismo e o ideário neoliberal vão se introduzindo a partir da segunda metade da década de 80, ganhando força a partir da derrocada dos regimes do leste europeu, no início da década de 90, e vão se consolidando nos anos 90.

Logo no início de 1990, toma posse na presidência da República FERNANDO COLLOR DE MELLO, após vencer, no segundo turno das eleições de 1989, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, numa acirrada disputa eleitoral. COLLOR inicia a implantação, no Brasil, do ideário neoliberal, num momento em que, como vimos, às idéias do Consenso de Washington, somam-se a implantação das novas tecnologias da Terceira Revolução Industrial, das novas formas de organização do trabalho e a crise gerada, no seio da esquerda, pela queda dos regimes do leste europeu, que abalou a esquerda mundial, mesmo aqueles que

se consideravam críticos em relação às experiências de tentativas de implantação do socialismo do leste europeu, como o PT no Brasil.

Teremos, ainda, nesta década de 90, uma crise dos movimentos sociais em decorrência dos elementos citados e também pelas deficiências e problemas internos do próprio movimento sindical e popular.

O vigoroso movimento sindical da década de 80 se confronta, já no início dos anos 90, com uma conjuntura mais complexa. Os empresários se encontravam muito mais preparados para enfrentar o movimento sindical, para exemplificar podemos verificar o tratamento dado às comissões de fábricas:

“pode-se dizer mesmo que, enquanto nos primeiros anos da década (de 80) houve um ensaio do capital monopólico favorável às experiências de comissões de fábricas – veja-se os exemplos da Ford, em São Paulo e São Bernardo, e da Volkswagen – é nítido que posteriormente, o capital recusou estes experimentos” (ANTUNES, 1995a: p. 31).

A CUT, particularmente, vive uma crise de grande profundidade nesta década de 90, seja por suas dificuldades internas, seja pelas dificuldades encontradas em enfrentar o novo cenário. Novamente ANTUNES (1995), nos coloca claramente este quadro:

“O plano de lutas, apresentado no congresso de 1983, definiu o ‘desemprego, a luta pela reforma agrária, contra o arrocho salarial, pela liberdade e autonomia sindical e contra a política econômica’ como centrais. Repudiava ‘expressamente as alternativas de conciliação e atrelamento do movimento sindical aos interesses do patronato’. Orientava-se ainda, e, 1983, para o ‘fim do regime militar e de sua política econômica, a mudança radical da política externa e a reforma agrária sob controle dos trabalhadores’.

Foi em torno destes pontos que a CUT pautou a sua ação nos anos oitenta. O eixo básico, dada a particularidade do capitalismo brasileiro, foi a luta incessante travada contra a superexploração do

trabalho, contra os decretos leis que reduziam consideravelmente o quantum salarial dos trabalhadores”.

Assim, na década de oitenta, a CUT tinha, ainda que genericamente, definições sobre suas principais propostas e objetivos. No limiar nos anos 90 as dificuldades vão se acentuando. Estes aspectos também são trabalhados por ANTUNES (1995):

“A proporção da crise que atinge o mundo do trabalho, seus organismos sindicais e partidários, ainda não foi assimilada totalmente. As profundas transformações vivenciadas nesta última década atingiram centralmente os países capitalistas desenvolvidos e provocaram fortes repercussões nas nações do Terceiro Mundo, decorrentes da mundialização e globalização do capital. Estes reflexos recaíram principalmente nos países intermediários que possuem um significativo parque industrial, como é o caso do Brasil.

Não bastassem a intensidade das transformações que atingiram a objetividade do ser-que-vive-do-trabalho, a crise atingiu diretamente a subjetividade do trabalhador, sua consciência de classe, afetando seus organismos de representação, dos quais os sindicatos e os partidos são expressão. O sindicatos foram forçados a assumir uma ação cada vez mais defensiva, cada vez mais atada ao imediatismo, à contingência, regredindo em sua já limitada ação de defesa da classe no universo do capital. ...E quanto mais a ‘revolução técnica’ do capital avança, maior era a luta para manter o mais elementar e defensivo dos direitos da classe trabalhadora, sem a qual sua sobrevivência está ameaçada: o direito ao trabalho, ao emprego”.

Frente a este quadro, em 1991 é fundada a Força Sindical, “com o apoio de cerca de trezentos sindicatos, duas confederações e vinte federações” (ANTUNES, 1995a: p.40), com métodos de trabalho, como a confecção de jornais, a realização de assembléias e nelas a existência de bandeiras, entre outras, que buscam se igualar à CUT, aplicando no entanto uma política voltada para a conciliação com o governo e os sindicatos patronais, que se auto proclama “Sindicalismo de Resultados”. Esta nova Central Sindical tem como objetivo claro

a disputa da base social da CUT para um novíssimo sindicalismo cujos limites não ultrapassam o caráter reivindicatório (GIANNOTTI e NETO: 1991).

A Força Sindical desenvolverá, portanto, um *“sindicalismo neoliberal, expressão da nova direita, sintonizada com a onda mundial conservadora”* (ANTUNES, 1995a: p. 53).

“Alguns dos pontos centrais do seu ideário são: reconhecimento da vitória do capitalismo e da inevitabilidade da lógica do mercado; a limitação e a restrição da luta sindical, que deve ater-se à busca de melhorias nas condições de trabalho, não cabendo aos sindicatos extrapolar este âmbito da luta; o papel da ação política cabe exclusivamente aos partidos, que devem ser totalmente desvinculados da ação sindical; o Estado deve reduzir a sua ação, em favor de uma política privatizante” (ANTUNES, 1995a: p. 38).

Apesar desta “profissão de fé” no caráter apartidário da ação sindical e do sindicalismo, o principal líder da Força Sindical, LUIZ ANTONIO MEDEIROS, foi candidato ao governo do Estado de São Paulo e hoje é Deputado Federal pelo PTB.

A existência da nova Central Sindical, que disputa com a CUT no seu próprio campo, contribui para aprofundar seus problemas.

As dificuldades de enfrentamento da conjuntura dos anos 90 se estende ao conjunto do movimento social, afinal, *“a globalização desequilibrou profundamente as relações entre o capital e o trabalho, e entre o capital e o Estado Nacional, provocando o debilitamento deste, do movimento sindical e dos partidos de esquerda e de corte popular, aqui e em todo o mundo”* (SAMPAIO: 1995).

No bojo desta crise, a CUT realiza, em 1991, seu IV Congresso Nacional, onde as divergências internas chegam a uma situação dramática. O congresso termina em pancadaria, após a recusa da maioria da direção da Central em aceitar o resultado de votação que deu vitória ao bloco de esquerda, incluindo nos estatutos um mecanismo de distribuição dos cargos na Executiva da Central que garantia a participação em postos importantes para os grupos minoritários. Já na preparação deste congresso ficavam cada vez mais claras as diferenças em relação ao papel da Central Sindical no novo período que se abria (GIANNOTTI e NETO: 1991).

Em tentativa de recolocar a CUT no cenário político nacional e superar os problemas oriundos das disputas no IV Congresso Nacional da CUT, as diversas tendências internas da Central compõe uma chapa única para sua direção no V Congresso Nacional, em 1994, sem, no entanto, resolver o problema das divergências e do grau agudo de dificuldades nas relações internas entre as diversas tendências da Central.

O processo de impeachment do presidente FERNANDO COLLOR DE MELLO, em 1992, encontrou a CUT bastante debilitada na sua capacidade de mobilização. A marca, na mídia, das grandes mobilizações que se realizaram exigindo a saída do então presidente, a partir da convocação deste para que a população o defendesse, foi a juventude, os estudantes cara-pintadas, e suas lideranças.

O Brasil vive, a partir da renúncia de COLLOR DE MELLO, a construção, nos bastidores do governo e das articulações da direita nacional, a gestação de uma nova fórmula para a implantação do ideário neoliberal no país. Nas eleições

de 1994 o empresariado nacional se apresenta unido em torno da aliança PSDB/PFL e seu candidato, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, vence as eleições no primeiro turno, ancorado que estava no sucesso do combate a inflação operado pelo Plano Real, do qual FERNANDO HENRIQUE havia participado como Ministro da Fazenda.

O governo de FERNANDO HENRIQUE vai aprofundar a inserção do Brasil na globalização, aplicando uma política econômica e social de acordo com os desígnios do Consenso de Washington, monitorada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), aprofundando assim, no país, os efeitos apresentados no início deste capítulo. Os anos finais da década estão assistindo, sob o governo de FERNANDO HENRIQUE, a aceleração da implantação no Brasil do ideário neoliberal, juntamente com a ampliação dos efeitos da Terceira Revolução Industrial e da implantação das novas formas de organização da produção.

Estas condições têm aprofundado a crise das organizações populares no país, ainda que algumas estejam conseguindo reagir à avalanche neoliberal, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), cujas ações têm chamado a atenção e conseguido propor uma agenda social à sociedade.

Frente às dificuldades de mobilização do movimento sindical, nesta década de 90, as ocupações de terras organizadas, principalmente, pelo MST foram as principais ações da oposição popular ao governo. Uma das principais manifestações dessa década, até o momento, ocorreu em 17 de abril de 1997, marcando, em Brasília, um ano do massacre de Eldorado dos Carajás (PA), onde, em 1996, a Polícia Militar local assassinou 19 trabalhadores rurais sem terra.

No campo da Formação Sindical a CUT continua implementando, nesta década de 90, os projetos de construção de uma estrutura orgânica de formação e aprofundando as características já verificadas em sua grade de cursos e programas.

A estrutura orgânica é reafirmada na concepção de uma rede nacional de formação, assim definida no Plano Nacional de Formação da CUT de 1998:

“a PNF (Política Nacional de Formação) deve contribuir com o avanço da organicidade da CUT e viabilizar como uma política orgânica e prioritária da Central. A sua rede nacional é um elemento desta organicidade, ou seja, é uma rede própria da Central e, portanto, com organização e funcionamento sob responsabilidade política de suas direções e de suas instâncias” (CUT: 1998).

Dentro desta concepção de rede de formação, mesmo o Instituto Cajamar deixou de realizar cursos para a CUT. Em São Paulo foi criada, em 1993, a Escola São Paulo, que diferentemente do próprio INCA (Instituto Cajamar), é vinculada organicamente à CUT. Por ocasião das discussões que levaram a criação da Escola São Paulo, em 1992, houve o debate, no Instituto Cajamar, sobre a possibilidade deste vir a tornar-se uma escola orgânica, ou seja, vinculado à CUT e subordinado, portanto, às suas instâncias dirigentes. Como o INCA (Instituto Cajamar) optou por manter-se como entidade autônoma, a Secretaria Nacional de Formação e a Secretaria Estadual de Formação da CUT/SP criaram a Escola São Paulo, cuja direção *“compõe-se de 15 membros representando a Secretaria Nacional de Formação da CUT, a Secretaria Estadual de Formação da CUT/SP, Federações e Sindicatos do Estado de São Paulo”* (FORMA E CONTEÚDO Nº 6).

Nos primeiros anos de existência a Escola São Paulo funcionou nas dependências do Instituto Cajamar e a CUT manteve convênio com o Instituto que, desta forma, continuou prestando serviços à Central. No entanto, a partir de 1997, os cursos e atividades do INCA (Instituto Cajamar) já não figuram no Plano Nacional de Formação (CUT: 1997).

Esta relação da Secretaria nacional de Formação da CUT com o Instituto Cajamar é bastante ilustrativo da concepção de estrutura orgânica levada a cabo na Central Única dos Trabalhadores.

O Instituto Cajamar deixou de existir como escola de formação sindical e também de formação política. As dependências do Instituto, no município de Cajamar, ao lado da Via Anhanguera, passaram a funcionar como espaço para cursos e atividades de outras entidades, como o MST, o PT, o Pcdob, a CUT e sindicatos. A administração do local foi entregue a uma cooperativa formada pelos antigos funcionários do Instituto, a COOPERINCA.

Sob o aspecto metodológico, foram mantidos os pressupostos da década anterior, ou seja, uma concepção oriunda da Educação Popular sintetizada na fórmula Prática-Teoria-Prática, já analisada no capítulo anterior.

A Secretaria Nacional da CUT mantém e aprofunda ainda o processo de priorizar nos Planos Nacionais de Formação a formação estritamente sindical, abandonando, desta forma, os temas mais gerais da formação política.

Os eixos do trabalho formativo da CUT, segundo o Plano Nacional de Formação de 1999, são:

*“1) **Desenvolvimento e democracia**, cuja estratégia reside no fomento do debate de modelo de desenvolvimento e papel do sindicalismo. As ações vão no sentido de provocar um amplo*

processo de debates, questionamentos e formulações críticas sobre as bases neoliberais, do atual modelo; e avançar no processo de reflexões sobre políticas e estratégias alternativas. Daí, o enfoque sobre experiências de cooperativismo, associativismo e auto-gestão, como possibilidades de construção de bases para um modelo de desenvolvimento incluyente e solidário, que aponte para o fortalecimento da cidadania e da democracia.

*2) **Projeto Sindical e Trabalho**, com centralidade no debate sobre relações de trabalho e organização sindical, num contexto de profundas mudanças no padrão de desenvolvimento econômico e social, bem como seus impactos no perfil do mercado de trabalho brasileiro...*

*3) **Educação e Trabalho**, onde buscaremos aprofundar as reflexões sobre o papel da Educação na construção de novos paradgmas societários...” (CUT: 1999).*

Em relatório da Análise dos Documentos da PNF (Política Nacional de Formação), feito para uma Avaliação Externa da Política Nacional de Formação da CUT, publicada em 97, o professor LUIZ EDUARDO WANDERLEY, faz a seguinte observação:

“Um olhar sobre os temas escolhidos nos cursos, sempre tendo em vista os relatórios a que pude ter acesso, constata que eles procuram cobrir tanto a formação geral quanto a especializada. Sendo direcionada para a formação sindical, as abordagens mais amplas têm por ótica privilegiada sua incidência e repercussão no mundo sindical. Fator positivo, em tese, já que se pode afirmar que qualquer outra formação deva ser oferecida em outros locais mais apropriados. Destarte, fica uma interrogação sobre o nível de conhecimento adequado a um sindicalista (de liderança, médio, de base, etc.) no sentido de se questionar se basta esta formação predominantemente de natureza sindical ou se há necessidade de uma formação geral mais completa, considerando-se que ela, quando bem feita, certamente poderá constituir uma ferramenta para o aperfeiçoamento do sindicalista como cidadão e como homem/mulher de cultura, mais apto a enfrentar a vasta realidade moderna em que estamos inseridos” (WANDERLEY: 1997)

Por seu lado o Partido dos Trabalhadores, no clima de perplexidade com a ida de Lula ao segundo turno das eleições presidenciais, em 1989, e sua derrota,

realiza, em 1990, seu Sétimo Encontro Nacional, recolocando-se como alternativa socialista e democrática, apesar da derrocada recente dos governos dos países do leste europeu. Seguem-se a este outros encontros nesta década, nos anos de 1991 (Primeiro Congresso), 1993 (Oitavo Encontro Nacional), 1994 (Nono Encontro Nacional), 1995 (Décimo Encontro Nacional), 1997 (Décimo Primeiro Encontro Nacional) e 1998 (Encontro Nacional Extraordinário) (PT: 1998). Nesses sucessivos Encontros e I Congresso, o PT (Partido dos Trabalhadores) vai construindo sua concepção de socialismo, sua estratégia para atingi-lo, sua compreensão sobre as diferentes conjunturas e as propostas para cada uma, além de sua visão de um projeto para o país.

Em 1993, após o Oitavo Encontro Nacional do PT, como já foi citado, assumiu a Secretaria Nacional de Formação Política, JOÃO MACHADO, que era então membro do Conselho Deliberativo da Fundação Nativo da Natividade. Após o Décimo Encontro Nacional, realizado em 1995, assumiu como Secretário Nacional de Formação Política o jornalista PERSEU ABRAMO. No início de 1997 assume a Secretaria JORGE ALMEIDA, reconduzido ao cargo após o Décimo Primeiro Encontro Nacional, de 1997. Na gestão de PERSEU ABRAMO, pouco foi realizado na Secretaria Nacional de Formação Política, seja em função de seu distanciamento da área, como também, e principalmente, por seus problemas de saúde, cada vez mais constantes e que o levaram à morte, em 1996.

Com a posse de Jorge Almeida, a Secretaria Nacional de Formação Política busca retomar suas iniciativas. Grande parte das energias da SNFP-PT foi colocada na realização dos Cursos de Formação de Formadores e parte na realização de Cursos Básicos e treinamento de monitores para estes cursos. Do

ponto de vista das relações internas do partido no campo da formação política a gestão de Jorge Almeida marca uma alteração bastante acentuada. Apesar de manterem-se as referências à Educação Popular, os cursos assumem cada vez mais características que a afastam destes pressupostos.

Além dos Programas de Formação de Formadores e de Formação de Base, consta ainda na proposta da Secretaria Nacional de Formação Política do PT o Programa de Formação de Quadros, cujas atividades não aconteceram ainda, na atual gestão.

O Programa de Formação de Base é composto, atualmente, por 5 módulos, com carga horária de 16 horas cada um:

módulo 1	O que é o PT e Como Funciona a Sociedade
módulo 2	História do Brasil
módulo 3	Comunicação e Expressão
módulo 4	Elementos de Socialismo e Estratégia
módulo 5	Metodologia do Trabalho de Base

Na aplicação deste programa, até o presente, apenas os módulos 1 e 2 vem sendo aplicados, sendo que o módulo 2, ainda assim, não tem roteiro ou programação definida, mas sua base é de uma experiência desenvolvida pelo Instituto Cajamar. O módulo 3 é fruto da relação com o Núcleo de Educação Popular 13 de Maio e o módulo 5 do acúmulo do CEPIS (Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiai).

O atual Curso Básico da Secretaria Nacional de Formação Política, formulado originalmente na Secretaria Estadual de Formação Política de São

Paulo, em 1993, é composto basicamente de contribuições de membros do Núcleo de Educação Popular 13 de Maio e, secundariamente, da Fundação Nativo da Natividade. A primeira parte do curso leva, inclusive, o nome de um dos cursos da NEP 13 de maio, *“como funciona a sociedade”*, e a segunda parte, além de começar com uma recuperação da história do Brasil (e não das pessoas que estão fazendo o curso), tem em seu conteúdo, bastante valorizado, o eixo do curso, qual seja, a história do PT, de seus encontros e resoluções (SNFP-PT: 1999).

A pré-tese³⁶ apresentada pela Secretaria Nacional de Formação Política para os debates do II Congresso do PT, a ser realizado em 1999, faz uma retomada dos textos de 1988 e 1991. Na apresentação, intitulada *“Formação Política e Trabalho de Base, por que e para que?”* retoma diversas citações do texto de 1991, valorizando o conhecimento da realidade e da Formação como instrumento de aquisição deste conhecimento, como na citação abaixo, destacada no novo texto:

“Queremos mudar o Brasil, então nossa formação tem que ter como eixo principal o conhecimento mais profundo possível da realidade social em nosso país, em suas conexões com o mundo, como condição necessária para discutir as várias interpretações, construir propostas sobre a realidade e sua transformação” (SNFP-PT: 1999).

Não há referência explícita à Educação Popular ou a seus princípios. Em relação à Formação de Base, recupera a idéia de *um “núcleo básico de conteúdo*

³⁶ No processo de preparação de seu II Congresso, a ser realizado no mês de novembro de 1999, o Partido dos Trabalhadores tem editado cadernos de textos de debates e cadernos de pré-teses, que antecedem o caderno de teses ao congresso.

e uma proposta metodológica” (SNFP-PT: 1999), ou seja, encaminha os debates no sentido da valorização do conhecimento acumulado socialmente

Após tratar sobre o Sistema Nacional de Formação, o texto passa a descrever o que seria a *“Metodologia de Formação”*. Cita a Educação Popular:

“Nesta experiência acumulada de 12 anos de existência da SNFP (Secretaria Nacional de Formação Política), incorporamos contribuições oriundas da educação popular, da educação formal, da formação sindical e das experiências formativas de outros setores da esquerda brasileira” (SNFP-PT: 1999).

Mas coloca a herança da Educação Popular em situação de igualdade com outras experiências, inclusive a da educação formal e *“de outros setores da esquerda brasileira”*.

O texto não faz, ainda, qualquer referência à *“metodologia dialética”* ou ao *“P-T-P (Prática-Teoria-Prática)”* tão citados no texto de 1988. Foi possível detectar ainda que, no atual grupo de Trabalho da Secretaria Nacional de Formação Política do PT, os conceitos de *“metodologia dialética”*, tal como formuladas nos momentos anteriores na própria Secretaria, ou de sua síntese na fórmula P-T-P não têm boa aceitação.

O texto de Metodologia da Formação, da pré-tese da Secretaria Nacional de Formação Política do PT para o Congresso do partido de 1999, define:

“Nossa preocupação central é a de fornecer instrumentos para que os militantes conheçam o conteúdo e não incorram no erro de aplicar mecanicamente os conceitos. Com isso resgatamos a importância da ação prática e militante e a sua relação com a teoria social e política, acentuando que a teoria se torna estéril se não tiver ancorada na luta concreta dos trabalhadores e do povo” (SNFP: 1999).

Portanto, a partir da participação de pessoas oriundas de outras experiências de formação que não a Educação Popular, durante esta década de 90 a Secretaria Nacional de Formação Política do PT refez diversos de seus referenciais, construindo uma pré tese em 1999 que incorporou várias das críticas e propostas de outras experiências formativas, particularmente do NEP-13 de maio de da Fundação nativo da natividade.

Enquanto a Central Única dos Trabalhadores, na década de 90, aprofundou sua trajetória de construção de uma estrutura orgânica da Central e de um programa de formação voltado para o mundo sindical, deixando, portanto, de realizar a formação de seus militantes do ponto de vista da Formação Política, como constava no projeto da Fundação Nativo da Natividade.

O Movimento Sindical vive, como vimos nas páginas anteriores, uma crise profunda na década de 90, seja por suas deficiências internas, seja pela dificuldade em enfrentar um novo momento em que vigoram a Terceira Revolução Industrial, o desemprego estrutural, o neoliberalismo e as novas formas de organização da produção. Estas dificuldades ampliam a necessidade de formação, uma vez que a busca de alternativas para o próprio movimento sindical passa, mais do que em momentos anteriores, pela compreensão das relações entre as classes no Brasil, portanto da constituição do capitalismo em nosso país, seus pressupostos, bases, história e especificidades, além, obviamente, da compreensão das mudanças ocorridas recentemente em nosso país e no mundo. Respostas a estas questões somente serão possíveis com um debate mais amplo do que o especificamente sindical e, se tal debate deve ser feito pelo conjunto dos sindicalistas, é preciso capacitá-los a participar deste debate, através da formação

política. Este aspecto do projeto de Formação Sindical da Fundação Nativo da Natividade, como Formação Política dos militantes do movimento sindical, é que o torna atual neste final da década de 90, apesar do fim de seus trabalhos ainda em meados dos anos 90.

Em relação à formação partidária, verificamos que muitos dos elementos de crítica do projeto inicial da Fundação Nativo da Natividade à metodologia de formação do Instituto Cajamar e da própria Secretaria Nacional de Formação Política do Partido dos Trabalhadores, e mesmo muitos de seus integrantes, foram incorporados ao projeto petista. Neste campo também cabe reafirmar a atualidade da necessidade da formação política enquanto capacitação dos militantes para compreender melhor a realidade do país, seu desenvolvimento, seus problemas atuais e, a partir daí, desenvolver o projeto de alternativa que melhor se adeque ao Brasil.

É, portanto, a formação política dos militantes sindicais e partidários, um instrumento fundamental na sua potencialização como agentes da construção de uma nova hegemonia na sociedade.

CONCLUSÃO

A Fundação Nativo da Natividade propunha-se a construir um projeto de Formação Política que supera-se as propostas anteriores das organizações dos trabalhadores, particularmente as do PCB e da Educação Popular. Para compreender melhor este projeto, recuperamos as principais experiências de Formação Política dos trabalhadores no Brasil, em seguida, buscamos, a partir, principalmente, dos documentos primários da própria Fundação Nativo da Natividade, encontrados em seus arquivos, reconstruir seu projeto pedagógico, confrontando-o com nossa própria experiência formativa no interior desse instituto, para, em seguida, tentar estabelecer sua contribuição efetiva à formação política dos trabalhadores no Brasil.

Ao analisarmos, no capítulo três, a crise do movimento popular, sindical e partidário nesta década de 90 e acompanharmos o desenvolvimento dos programas de formação de duas das principais organizações de trabalhadores destas duas últimas décadas, quais sejam, o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central única dos Trabalhadores (CUT), buscamos verificar as contribuições do projeto e da experiência real da Fundação Nativo da Natividade para esses programas.

Trata-se, portanto, na busca de conclusões, em estabelecer a importância da Formação Política neste final de século XX, recuperar as contribuições do projeto e da experiência da Fundação Nativo da Natividade, para produzir uma contribuição efetiva às organizações de esquerda, no campo da Formação Política.

Frente à crise do Movimento Sindical, Popular e partidário nesta década de 90, faz-se ainda mais importante um programa de Formação Política das pessoas que militam nestes movimentos, como elemento de fortalecimento da capacidade de resistência às novas adversidades surgidas nestes final de século, conforme vimos no capítulo III. A Formação Política deve dar conta, ainda, de ampliar a capacidade de compreensão, por parte dos militantes das organizações dos trabalhadores, das mudanças havidas e capacitá-los a buscar alternativas de construção de uma nova forma de organização da economia e da sociedade.

Ao nosso ver, apesar de todas as mudanças ocorridas no capitalismo, já verificadas no capítulo anterior, mantêm-se as premissas da visão marxista do funcionamento desse sistema, particularmente na concepção Gramsciana, que busca compreender o sistema capitalista nas sociedades por ele denominadas “*ocidentais*”, nas quais, segundo essa concepção, a dominação da burguesia exerce-se, principalmente, através do “*consenso*” construído em torno da ideologia burguesa, ou seja, de formas de ver o mundo, valores e sentimentos que justificam e legitimam o sistema capitalista. Esse “*consenso*”, realiza-se no campo da “*sociedade civil*” e dá à burguesia a “*hegemonia*”, a “*direção*” do conjunto da sociedade. À esta “*direção*” soma-se o “*domínio*”, por parte da burguesia, da “*sociedade política*”, ou seja, do aparelho do “*Estado estrito senso*”, que lhe permite o uso do aparelho repressivo quando este se faz necessário para manter a dominação.

Portanto, para GRAMSCI, a ação dos revolucionário deve ter o sentido de transformar o proletariado em classe “*dirigente*” e “*dominante*”. Para tanto é preciso disputar a “*hegemonia*” contra a burguesia, construindo, a partir do Partido

Revolucionário (moderno príncipe, em analogia ao “Príncipe” de Maquiavel), “*casamatas*” na sociedade civil, desenvolvendo, assim, uma “*guerra de posições*” contra a dominação burguesa, tornando o proletariado o articulador de um novo “*bloco histórico*” que assumirá, num processo revolucionário dirigido pelo Partido o domínio e a direção do conjunto da sociedade.

Por essa valorização da disputa de hegemonia, que se dá no campo da ideologia, GRAMSCI valoriza também os instrumentos de disputa ideológica, particularmente a imprensa e a educação, e, principalmente, o papel dos intelectuais, que se “*orgânicos*” ao proletariado, podem e devem trabalhar no sentido de elevar o “*senso comum*”, que tem “*características difusas e dispersas de um pensamento genérico de uma certa época em certo ambiente popular*” (GRAMSCI, 1987: p 18) e contém, em si, contradições entre elementos da ideologia dominante e elementos revolucionários, à condição de filósofos, “*isto é, ter uma concepção de mundo criticamente coerente*” (GRAMSCI, 1987: p. 13).

Para GRAMSCI:

“o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa – além do progresso político prático – um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e ética adequadas a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos” (GRAMSCI, 1987: p. 21)

Dentro dessa perspectiva o papel da Formação Política é a de formar militantes, lideranças populares que desenvolvam, junto às massas, o papel de, a partir do senso comum, elevar o nível de consciência destas. O trabalho militante junto ao “*homem comum*”, numa perspectiva de reforçar alguns elementos já presentes no “*senso comum*” agregando-os a outros elementos ideológicos de

caráter socialista, pode construir condições de disputa da hegemonia da sociedade.

Ao nosso ver é papel da Formação Política *“trabalhar na criação de elites intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para tornarem-se os seus sustentáculos”* (GRAMSCI, 1987: p. 27). Afinal, *“a relação entre a filosofia ‘superior’ e o senso comum é assegurada pela ‘política’”* (GRAMSCI, 1987: p. 19).

A Fundação Nativo da Natividade, embora não tenha resistido, institucionalmente, à sua crise política interna, às adversidades da conjuntura na década de 90, particularmente à crise do movimento sindical, buscava trabalhar no sentido gramsciano de criação de *“intelectuais orgânicos”*, militantes que, a partir da aquisição de uma *“consciência filosófica”*, em sua prática política e nas atividades formativas (que para isso deveria congrega os elementos teóricos de compreensão da realidade com os elementos ideológicos de formação de *“formas de ver o mundo”*, valores e atitudes revolucionários), pudessem agir junto às massas para elevar o nível de consciência destas, trabalhando a partir do senso comum.

A novidade do projeto da FNN, de nosso ponto de vista, foi buscar valorizar o conteúdo, a aquisição do conhecimento acumulado pela humanidade, particularmente pelos trabalhadores, da teoria, conforme a perspectiva da formação tradicional, aplicada, no Brasil, pelo PCB, e valorizando, ao mesmo tempo, a formação ideológica, a aquisição de valores, hábitos e atitudes, como parte constitutiva da formação política dos militantes, tal como a Educação Popular o fazia. Mesmo a prematura dissolução deste Instituto de Formação não

retira deste ambicioso projeto sua validade. Ao nosso ver este continua sendo o desafio da Formação Política neste final de século.

A crise do movimento social na década de noventa, ao invés de invalidar as diversas experiências de formação política, torna-as muito mais necessárias, até como forma de resistência à avalanche neoliberal e de busca, por parte dos movimentos sociais e das organizações dos trabalhadores, de formas novas de enfrentar os desafios colocados pelo desenvolvimento tecnológico e as novas formas de organização do trabalho e de globalização financeira

Essa mesma atualidade da necessidade da Formação Política em geral, recoloca a experiência e o projeto da Fundação Nativo da Natividade como um importante elemento de contribuição para um projeto atual de formação política dos trabalhadores, que, recuperando elementos das experiências anteriores, como a do PCB e da Educação Popular, elaborando entre elas uma síntese superadora, que incorpore a valorização da teoria e do conhecimento acumulado e também a participação e o caráter emancipatório da educação política, agregando a importância da ideologia, ou da “mística revolucionária”, para utilizar a terminologia do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), como elemento central na Formação Política.

BIBLIOGRAFIA

13 de maio- NEP. Trabalhadores, muitas lutas, uma só classe. Caderno de formação nº 2. São Paulo: NEP, Ago. 1988.

_____ **Contribuição à Discussão Metodológica**, mimeo. São Paulo: 1992.

AÇÃO CATÓLICA OPERÁRIA. História da Classe Operária no Brasil - 1º caderno. Lins-SP: ACO, 1976.

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo, *in* SADER, Eder, GENTILI, Pablo (org.). Pós Neoliberalismo- As políticas Sociais e o Estado Democrático. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____ **As Antinomias de Antonio Gramsci,** *in* Crítica Marxista – A estratégia Revolucionária na Sociedade. São Paulo: Joruês, 1986.

ANTUNES, Ricardo. O novo sindicalismo no Brasil. Campinas: Pontes Editores, 1995.

_____ **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Editora da Unicamp/ Cortez Editora, 1995.

ARROYO, Miguel. Trabalho, Educação, Escola, LDB. *In* Revista da Educação nº 4. São Paulo: Apeoesp, 1989.

BAUER, Carlos. Contribuição para a história dos trabalhadores brasileiros – Volume I – O Despertar Libertário. São Paulo: Edições Pulsar, 1994.

_____ **Contribuição para a história dos trabalhadores brasileiros - Volume II – A Hegemonia Vermelha.** São Paulo: Edições Pulsar, 1995.

BENJAMIN, César et al. A Opção Brasileira. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

CANO, Wilson. Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

CEPIS/CPV. Como entender melhor a história recente do Brasil, São Paulo: CEPIS/CPV, Nov. 1980.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Ideologia e Educação, in: Revista Educação e Sociedade nº 5. São Paulo: Cortez/Editores Associados, 1980.

CHARLOT, Bernard. A mistificação pedagógica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

CICONE, Reinaldo Barros. Da intenção ao Gesto: Um olhar gramsciano sobre a possibilidade de integração do PT à ordem. Campinas: Unicamp, Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia do IFCH, 1995. 191p.

CONCEIÇÃO, Gilmar Henrique da. Partidos Políticos e Educação: a extrema esquerda brasileira e a concepção de partido como agente educativo. Campinas: Unicamp, Tese de Doutorado,

Departamento de Filosofia e História da Educação da Faculdade de Educação, 1999. 231p.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Avaliação externa da Política Nacional de Formação da CUT. São Paulo: Xamã editora, 1997.

CUT. I Conclat- Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, 26, 27 e 28 de agosto de 1983. Rio de Janeiro: CUT/Tempo e Presença, 1984.

DIRCEU, José, POMAR, Wladimir. Algumas considerações sobre as tendências organizadas no PT. [s.l.] Mimeo. 1986.

FASE-SANTA LUZIA. História do Brasil- olhada do lado de cá, de 1930 a 1981 - Volumes 1, 2 e 3. Santa Luzia-MA: Fase, [sd].

FRANCO, Augusto de. O PT, as tendências e a luta interna. Goiânia: mimeo., 1987.

_____ **O novo socialismo utópico.** São Paulo: Thomé das Letras, 1991.

_____ **Autonomia e Partido Revolucionário.** Goiânia: Ed. Ferramenta, 1985.

FREDERICO, Celso. A Vanguarda Operária. São Paulo: Edições Símbolo, 1979.

_____ **Consciência Operária no Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1979.

FUNDAÇÃO NATIVO DA NATIVIDADE. Projeto Pedagógico. São Paulo: mimeo, 1988.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 16ª ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1979.

GADOTTI, Moacir, PEREIRA, Otaviano. PRA QUE PT – origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Cortez, 1989.

GIANNOTTI, Vito, NETO, Sebastião. CUT por dentro e por fora. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____ **CUT ontem e hoje.** Petrópolis: Vozes, 1991.

GOHN, Maria da Glória. Reivindicações populares urbanas- um estudo sobre as Associações de moradores em São Paulo. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

GOLDMANN, Lucien. Ciência Humanas e Filosofia: o que é sociologia, 10ª ed. São Paulo: Difel, 1986.

GORENDER, Jacob. Globalização, Realidade e Sofismas, in: Revista Brasil Revolucionário nº 21. São Paulo: Instituto de Estudos Políticos Mario Alves, Mai/Jun/Jul, 1996.

GRAMSCI, Antonio. Concepção Dialética da História. 7ª ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1987.

_____ **La política y el Estado Moderno.** Barcelona: Ediciones Península, 1971.

_____ **Os Intelectuais e a organização da cultura.** 5ª ed. Civilização Brasileira, 1985.

GRAMSCI, A., BORDIGA, A. Conselhos de Fábrica. São Paulo, Brasiliense, 1981.

GRUPPI, Luciano. O conceito de hegemonia em Gramsci. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

GUIRALDELLI JR, Paulo. Educação e Movimento Operário. São Paulo: Cortez/Editores Associados, 1987.

INSTITUTO CAJAMAR. Projeto de Trabalho 1996. Cajamar-SP: mimeo, 1996.

JOMINI, Regina Célia Mazoni. Uma Educação para a Solidadriedade. Campinas: Pontes, 1990.

KURS, Robert. Descartável e Degradado, in: Folha de São Paulo de 16/07/1999.

LEHER, Roberto. Banco Mundial, a Educação Brasileira e a Reforma da Universidade. in Caderno Temático nº 1. Manaus: ADUA, 1998.

LENIN. V. I. QUE FAZER? São Paulo: Ed. Hucitec, 1986.

LINHARES, Hermínio. Contribuição à história das lutas operárias no Brasil, 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

LOVISOLO, Hugo. Educação Popular: maioria e conciliação. Salvador: UFBA/ Empresa Gráfica da Bahia, 1990.

LÖWY, Michel. Método Dialético e Teoria Política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LÖWY, Michel. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen – Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 2ª ed. São Paulo: Ed Busca Vida, 1988.

MANACORDA, Mario Alighiero. História da Educação. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MANFREDI, Silvia Maria. Educação Sindical entre o Conformismo e a crítica. São Paulo: Loyola, 1986.

MARTINS, Marcos Francisco. A nova regulamentação do ensino técnico: cidadania ou submissão? Campinas: Unicamp, Dissertação de Mestrado, Departamento de Filosofia e História da Educação da Faculdade de Educação, 1999. 260 p.

MARX, Karl, O 18 Brumário de Luis Bonaparte. *In* Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, [s.d.]

_____ **A ideologia Alemã.** São Paulo: HUCITEC, 1987.

MORAES, Carmem S. V. Ideologia e Intelectuais em Gramsci. *in* Revista Educação e Sociedade nº 1, São Paulo: CEDES/Cortez/Autores Associados, set 1978.

NASCIMENTO, Cláudio. A “formação” da formação sindical da CUT, [s.l.]: mimeo. Fevereiro de 1994.

NOSELLA, Paolo. Pensamento Operário - “do momento puramente econômico (ou egoísta-passional) ao momento ético-político”: um estudo sobre cinco metalúrgicos de São Paulo. São Paulo: PUC, Tese de Doutorado em Filosofia da Educação, 1981.

NUNES, César. Educação e Tecnologia para o Terceiro Milênio.

Campinas: mimeo, 1999.

NUNES, César, GAMBOA, Silvio. Filosofia e Dialética: para uma

retomada do debate sobre as tendências epistemológicas em educação. *in*: Revista da Educação nº 1. Pirassununga: Faculdade de Educação de Pirassununga, 1998.

PAIVA, Vanilda. Perspectivas e dilemas de educação popular. Rio de

Janeiro: Graal, 1984.

PAOLI, Maria Célia. Movimentos Sociais, cidadania, espaço público:

perspectivas para os anos 90. *In* Revista Crítica de Ciências Sociais nº 33. out. 1991.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Cadernos do Congresso, nº 3, São

Paulo, Diretório Nacional do PT: agosto – 1991.

_____ **Jornal do Congresso, nº 5 – teses do Congresso.** São Paulo:

Diretório Nacional do PT, 1991.

_____ **Resoluções de Encontros e Congressos.** São Paulo: Diretório

Nacional do PT e Fundação Perseu Abramo, 1998.

PEREIRA, Dulcinéia de Fátima Ferreira. Educação Popular : uma

experiência no cenário dos anos 90. Campinas: UNICAMP, Dissertação de Mestrado, Departamento de Administração e Supervisão Educacional da Faculdade de Educação, 1999. 162p.

PONCE, A. Educação e Luta de Classes. São Paulo: Ed. Cortez, 1994.

PRADO JR, Caio. História Econômica do Brasil. 15ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Trabalhadores, Sindicatos e Industrialização. São Paulo: Brasiliense, 1974.

ROMANELLI, Otaiza do Oliveira. História da educação no Brasil. (1930/1973). 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

RÜCKERT, Sérgio Joaquim. Persuasão e ordem: a escola de quadros do Partido Comunista do Brasil na década de 50. Campinas: Unicamp, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais aplicadas à Educação da Faculdade de Educação, 1987. 150p.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena – experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo – 1970-1980. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. Tática para a atual conjuntura. *in* Teoria e Debate nº 29. São Paulo: PT, Jun/Jul/Ago, 1995.

SANDRI, Adriano. Sindicalismo em tempos de qualidade total. Belo Horizonte: Sindeleiro/MG, 1994.

SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez Editora/Autores Associados, 1980.

_____ **Escola e democracia.** 30ª ed. Campinas: Editora Autores Associados, 1996.

SAVIANI, Dermeval. Os ganhos da década perdida. in Presença pedagógica nº 6. Belo Horizonte: Ed. Dimensão, nov/dez, 1995.

_____ **A nova lei da Educação – trajetória, limites e perspectivas.**
Campinas - SP: Ed. Autores Associados, 1997.

SECRETARIA NACIONAL DE FORMAÇÃO - CUT. Documentos da Secretaria Nacional de Formação – avaliação das atividades/87 – plano de trabalho/88. São Paulo: mimeo, 1988.

_____ **Documentos da Secretaria Nacional de Formação – avaliação das atividades em 1989 – plano de trabalho para 1990.** São Paulo: mimeo, 1990.

_____ **Plano de Trabalho da Secretaria de Formação – 1990.** São Paulo: mimeo, 1990.

_____ **Plano de Trabalho da Secretaria de Formação – 1991.** São Paulo: mimeo, 1991.

_____ **Plano de Trabalho da Secretaria de Formação – 1997.** São Paulo: mimeo, 1997.

_____ **Plano de Trabalho da Secretaria de Formação – 1998.** São Paulo: mimeo, 1998.

_____ **Plano de Trabalho da Secretaria de Formação – 1999.** São Paulo: mimeo, 1999.

_____ **Forma e Conteúdo nº 4,** São Paulo: CUT: maio – 1994.

SECRETARIA NACIONAL DE FORMAÇÃO – CUT. Diretrizes e Estratégias da Política Nacional de Formação – 1999/2000.

São Paulo: mimeo, 1999.

SECRETARIA NACIONAL DE FORMAÇÃO POLÍTICA – PT. A política de formação do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Diretório nacional do PT: 1988.

_____ **Construindo uma nova cultura partidária.** São Paulo, Diretório Nacional do PT: 1991.

_____ **Pré Tese ao II Congresso Nacional do PT.** São Paulo: mimeo, 1999.

SILVA, Antonio Ozai da. História das Tendências no Brasil (origens, cisões e propostas). 2ª ed. São Paulo: Proposta Editorial, [s/d].

SILVA, Thomas Tadeu. O que produz e o que reproduz em educação – Ensaio de Sociologia da Educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

SILVA, Carmem Silvia. Contribuições para uma análise da política de formação do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: PUC, Dissertação de Mestrado em Educação, 1995.

SINGER, Paul. A formação da classe operária. 2ª ed. São Paulo: Atual, Campinas: Editora da Unicamp, 1985.

SNYDERS, G. Escola, Classe e Luta de Classes. Lisboa: Moraes, 1977.

SOARES, Suely Ap. Galli. Políticas Públicas, qualificação profissional e a educação do trabalhador no final da década de 90 no Brasil:

empregabilidade ou Inserção social. Campinas: Unicamp, Tese de doutorado em Educação, 1998.

VIEIRA, Evaldo Amaro. **Estado e miséria social no Brasil**, de Getúlio a Geisel. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1985.

ZAGO JR, Carlos Azevedo Guerino. **Do tear ao Computador – As lutas pela industrialização no Brasil**. São Paulo: Editora Política, 1989.

ANEXOS

DOCUMENTOS PRIMÁRIOS ENCONTRADOS NOS ARQUIVOS DA FUNDAÇÃO NATIVO DA NATIVIDADE:

DOCUMENTO 1 – Esboço inicial manuscrito com uma proposta de Conselho Deliberativo para a Fundação Nativo da Natividade, escrito por Augusto de Franco, já era fruto de consultas anteriores e foi base para a definição final sobre o Conselho Deliberativo, s/d, provavelmente escrito em 1988.

DOCUMENTO 2 – Proposta de Projeto Pedagógico produzido por Augusto de Franco, serviu de base ao Projeto Pedagógico da Fundação Nativo da Natividade, s/d, estima-se ter sido redigido em 1988.

DOCUMENTO 3 – “Sugestões à FNN”, de Augusto de Franco, datada de abril de 1991.

DOCUMENTO 4 – “Cinco propostas para possibilitar a continuidade da FNN”, de Augusto de Franco, datada de junho de 1991.

DOCUMENTO 5 – “Da Fundação e sua continuidade”, de Américo Bernardes, datada de julho de 1991.

DOCUMENTO 6 – “Propostas para a consolidação e avanço do projeto da FNN”, de Renato Simões, 1991.

DOCUMENTOS PÚBLICOS DA FUNDAÇÃO NATIVO DA NATIVIDADE:

PROJETO PEDAGÓGICO – Publicado em 1988, na forma de livreto, pela própria Fundação Nativo da Natividade